



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

----- Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e quinze, nesta Vila de Coruche, Paços do Concelho e Sala das Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em sessão ordinária, cuja Mesa era composta pelo seu Presidente José João Henriques Coelho, pelo Primeiro Secretário Nelson Fernando Nunes Galvão e pelo Deputado Municipal Filipe Claro Justino, que foi convidado para auxiliar a Mesa na condução dos trabalhos (Partido Socialista). -----

----- Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:-----

----- Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Joaquim Filipe Coelho Serrão, Artur Fernando Salgado, Joaquim Gonçalves Banha, Berta Alexandra Teixeira Lopes dos Santos, Mário Isidro das Neves Ribeiro e José Fernando Constantino Teles (Partido Socialista). -----

----- Valter Peseiro Jerónimo, Fernando Aníbal Serafim, Sofia Isabel da Cunha Marques, Armando Rodrigues, Rui Miguel Friezas Aldeano e Ana Sofia Falamino Oliveira (Coligação Democrática Unitária).-----

----- Francisco Artur Gomes Gaspar (Partido Social Democrata).-----

----- Custódio Domingos Marques (Presidente da Junta de Freguesia de Biscainho - Partido Socialista), José de Jesus Joaquim (Presidente da Junta de Freguesia de Branca - Partido Socialista), Ortelinda da Conceição Camões Graça (Presidente da Junta de Freguesia de Couço - Coligação Democrática Unitária), Valter Manuel Barroso (Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato - Partido Socialista), Anacleto António de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa - Partido Socialista) e Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra (Partido Socialista). -----

----- Não estavam presentes a Segundo Secretário Ana Patrícia Caçador Palma e os seguintes Deputados Municipais: Ana Teresa de Sousa David (Partido Socialista), Gonçalo de Alarcão Potier Brás Dias e Vera Sofia dos Santos Faria (Partido Social Democrata). -----

----- O Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes pedidos de substituição, de conformidade com os artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.-----

----- A Deputada Municipal Ana Teresa de Sousa David fez-se substituir por Paulo de Oliveira Matias, membro a seguir na lista do Partido Socialista. -----

----- A Segundo Secretário Ana Patrícia Caçador Palma fez-se substituir por Fernando Carlos da Silva Cardoso, membro a seguir na lista do Partido Socialista, que passou a participar na sessão já durante o decorrer dos trabalhos. -----

----- O Deputado Municipal Gonçalo de Alarcão Potier Brás Dias fez-se substituir por Sérgio Miguel Lourenço Nunes, membro a seguir na lista do Partido Social Democrata, por impossibilidade de António Miguel Maia Cabecinhas Elias Mendes, que passou a participar na sessão já durante o decorrer dos trabalhos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

----- A Deputada Municipal Vera Sofia dos Santos Faria fez-se substituir por Nuno Miguel da Silva Tadeia Figueiredo, membro a seguir na lista do Partido Social Democrata, por impossibilidade de presença de Maria de Fátima Franco Elvas Ferreira Bento. -----

----- Verificado o quórum, com a presença de vinte e cinco membros, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão às vinte e uma horas e doze minutos, com a seguinte **Ordem do Dia**: -----

----- PONTO UM - REGULAMENTO DAS TAXAS MUNICIPAIS; -----

----- PONTO DOIS - REGULAMENTO DO PRÉMIO DE MÉRITO ESCOLAR 20/20; -----

----- PONTO TRÊS - AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DESTINADA À EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DO MONTE DA BARCA - NORTE; -----

----- PONTO QUATRO - ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012 - DECLARAÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E PAGAMENTOS EM ATRASO REGISTADOS NA BASE DE DADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014; -----

----- PONTO CINCO - ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012 - DECLARAÇÕES DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014; -----

----- PONTO SEIS - PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMI - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL E DESPORTIVA FAJARDENSE; -----

----- PONTO SETE - ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO. -----

----- Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara, Francisco Silvestre de Oliveira, e os Vereadores, José Aníbal Ferreira Novais, Célia Maria Arsénio Barroso da Cruz Ramalho e José Marcelino. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia deu conhecimento da **correspondência** com o registo número 68 a 103, cujo mapa foi distribuído a todos os Deputados Municipais. -----

----- Destacou o ofício do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, datado de 18 de junho de 2015, sobre o “Processo 414/08.8BELRA - Ação Administrativa Especial Pretensão Conexa Atos Administrativos - Autor: Câmara Municipal de Coruche - Réu: Assembleia Municipal de Coruche”. -----

----- Referiu o seguinte: Queria chamar a atenção que, várias vezes, foi aqui levantada a questão da ação administrativa da Câmara Municipal contra a Assembleia Municipal. -----

----- Todos tínhamos um pouco a opinião que, passado o tempo que decorreu e também porque as pessoas tinham mudado, não fazia muito sentido esta ação ainda estar a decorrer e o Senhor Presidente da Câmara fez demarches no sentido da sua retirada do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria. -----

----- Quem quiser ver o despacho do Tribunal pode solicitar a documentação. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

----- De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar apresentou, em nome do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, o **Voto de Louvor - Grupo Desportivo “O Coruchense”**, que a seguir se transcreve: -----

----- “O Grupo Desportivo “O Coruchense”, ao longo dos sessenta e sete anos, desde a sua fundação, tem tido um papel importante na elevação do nome de Coruche no panorama desportivo regional e nacional, reforçado pela recente conquista do Campeonato Distrital 2014/2015 da Associação de Futebol de Santarém, em que se sagrou Campeão e por ter ganho a Taça do Ribatejo 2014/2015, garantindo a dobradinha e honrando e enaltecendo a história do Clube e a nossa terra. -----

----- O Grupo Desportivo “O Coruchense” foi fundado em 1 de janeiro de 1948. Na época desportiva de 51/52 foi Campeão Distrital da 1.ª Divisão da Associação de Futebol de Santarém, na época de 53/54 na 3.ª divisão nacional sagra-se Campeão Nacional, título este que foi o 1.º triunfo nacional alcançado por uma equipa da Associação de Futebol de Santarém. -----

----- O Grupo Desportivo “O Coruchense” apresenta no seu palmarés cinco presenças no Campeonato Nacional da 2.ª divisão e treze presenças no Campeonato Nacional da 3.ª divisão, mais recentemente venceu também por duas vezes a Taça do Ribatejo, nos anos 90 (épocas 1995/1996 e 1996/1997). -----

----- Considerando o referido anteriormente, a Assembleia Municipal de Coruche, reunida em 26 de junho de 2015, delibera homenagear o Grupo Desportivo “O Coruchense” reconhecendo o papel de divulgação e elevação de Coruche, que as vitórias alcançadas tiveram e continuam a ter a nível regional e nacional e saúda os jogadores, equipa técnica e dirigentes, pelo trabalho, empenho, disponibilidade e dedicação, que mais uma vez permitiram engrandecer o Clube e a nossa terra. -----

----- Divulgar na comunicação social local e regional e enviar ao Grupo Desportivo “O Coruchense”. -----

----- **A partir deste momento, o Deputado Municipal Sérgio Miguel Lourenço Nunes passou a participar nos trabalhos, sendo vinte e uma horas e vinte minutos.** -----

----- **A Assembleia passou a ter a presença de vinte e seis membros.** -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Este Voto de Louvor é de facto interessante. “O Coruchense” andou um pouco arredado por caminhos menos bons, mas, felizmente que hoje está a ter um caminho interessante e que vai continuar a ser reconhecido. -----

----- Penso que “O Coruchense” é a imagem de Coruche e que merece o apoio de todos nós. --

----- É importante que todos nos empenhemos de forma a valorizar “O Coruchense”. -----

----- O Presidente da Assembleia salientou: Acho que faz todo o sentido este Voto de Louvor. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

----- “O Coruchense” é o clube mais representativo do concelho, é o clube com mais anos, é o clube que deu muitas vitórias ao concelho e também acabou por dar alguns desgostos, mas é mesmo assim quando se pratica desporto e também no âmbito das organizações desportivas. -----

----- “O Coruchense” nos últimos anos surgiu, depois de uma fase mais conturbada. Quando se tem diretores e gestores estamos sempre sujeitos a erros e decisões que podem depois vir a contribuir para aquela situação em que “O Coruchense caiu. Certamente que, quem as tomou, não as tomou de vontade própria, tomou-as por análises menos conseguidas. -----

----- Ainda bem que “O Coruchense” surgiu de uma forma extraordinária, depois de subir da 2.ª distrital à 1.ª distrital, passados dois anos subiu ao campeonato nacional e nesse ano faz a chamada dobradinha, ganhando também a Taça do Ribatejo. É um feito a nível regional muito bom. -- -----

----- Todos os coruchenses têm sentido esse feito para com a direção, os jogadores, a equipa técnica e todo aquele ambiente que se vive à volta. É preciso estas coisas para se ser campeão, não é só ter os jogadores e é preciso ter na sua envolvência uma série de apoios e coisas a funcionarem bem. -----

----- Vou votar a favor deste Voto de Louvor. -----

----- A Deputada Sofia Marques referiu: Efetivamente foi um ano de vitórias para “O Coruchense”. Apelava a que não se desistisse de “O Coruchense”. -----

----- Sabe-se que está a passar um período um pouco complicado a nível de direção, mas, apelava à Câmara Municipal e aos coruchenses que pelo futebol, pelo desporto, por Coruche, que daqui para a frente as energias fossem positivas e que o pé da balança se equilibre, porque o clube está a crescer, mas não está seguro. -----

----- Pedia a todos nós que ajudássemos a passar essa energia positiva para que “O Coruchense” não morresse na praia e que continuasse a subir. -----

----- O Deputado Municipal Nuno Figueiredo referiu: Queria salientar a formação ao nível de “O Coruchense”, tanto na minha geração como noutras gerações antes e depois. Este clube foi a nossa casa durante várias décadas, foi escola/treino e treino/escola e nele se construíram pessoas com princípios que hoje em dia todos nos orgulhamos. -----

----- O Presidente da Assembleia salientou: Acho que a intervenção do Deputado Nuno Figueiredo foi muito saudável. De facto, estávamos aqui a comemorar as vitórias de “O Coruchense”, mas também esse aspecto da formação é fundamental. Formaram-se muitos homens, muitos jogadores e, de facto, é um sítio onde a nossa juventude, que por lá passou, sente de uma forma completamente diferente. -----

----- De seguida, colocou à votação o **Voto de Louvor** ao Grupo Desportivo “O Coruchense”. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o presente Voto de Louvor. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

----- **A partir deste momento, o Deputado Municipal Fernando Carlos da Silva Cardoso passou a participar nos trabalhos, sendo vinte e uma horas e quarenta minutos.**-----

----- **A Assembleia passou a ter a presença de vinte e sete membros.**-----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Queria congratular-me com o facto de a Câmara ter desistido daquela ação bizarra, que pelo menos alguns de nós recordar-se-ão, sobre uma comissão de inquérito da Assembleia Municipal que se constituiu com toda a legitimidade para indagar o processo sobre a construção do Observatório do Sobreiro e da Cortiça e que a Câmara da altura, em que o atual Presidente da Câmara era Vice-Presidente, interpôs uma ação no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria contra a Assembleia Municipal.-----

----- Foi uma coisa inédita no país, no sentido que o órgão que é fiscalizado mete uma ação em Tribunal contra o órgão que tem o poder de fiscalizar.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara que, na altura, estendeu a mão e acompanhou o processo de interpor a ação, agora teve a iniciativa de a retirar. Quero tirar o chapéu por essa iniciativa. ---

----- Na anterior sessão abordei uma questão que tem a ver com a forma como a Câmara usa os dinheiros públicos nos negócios que faz e que do meu ponto de vista deixa muito a desejar. Creio que a Câmara é muito permissiva e negocia mal:-----

----- A propósito do edifício da antiga Rodoviária, o qual foi comprado pelo dobro do seu valor patrimonial, com o argumento que lá se instalariam os chineses, o que não era verdade, pois o PDM salvaguardava tal situação;-----

----- Também a parcela de terreno para o court de ténis que a Câmara comprou pelo valor de 130 mil euros, estava muito acima do valor de mercado. Neste caso, não se usou o argumento que se usa noutras situações, que é o fim a que se destina. O court de ténis não tem um fim lucrativo, portanto, foi comprado por um valor muito elevado;-----

----- Mais recentemente o edifício na Rua Júlio Maria de Sousa que, há dois anos, antes das eleições, foi objeto de uma ação de propaganda, através da colocação de uma faixa que dizia “Reabilitar para Arrendar”, que a Câmara decidiu comprar pelo valor de 270 mil euros. Com que argumento:-----

----- Mais uma vez, pediu a um perito avaliador (como se os peritos avaliadores não fizessem sempre uma avaliação em função daquilo que é submetido por quem os contrata) e no relatório da avaliação verifica-se que, para se chegar a esse valor, a construção daquele edifício, em função do projeto que a Câmara aprovou, está feita em 40%. Não é preciso ser-se especialista na área para perceber que nem de perto nem de longe essa percentagem está correta;-----

----- Uma outra situação é que a Câmara constrói as frações que o projeto prevê, tipo T2 e T3, com um rendimento mensal de 390 € o T2 e 490 € o T3. Como sabemos, nos dias de hoje, não se arrenda um T2 por 400 €, a não ser que seja um luxo, mas não é o caso, ou um T3 por 500 €,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

nem em Santarém que é a capital de distrito; -----

----- Quem tiver um pouquinho de prospeção verifica que isto não é possível. Esta avaliação é feita para que a Câmara possa fundamentar este valor de 270 mil euros, que é o valor da hipoteca. A Câmara decidiu que para ter o edifício precisa de pagar a hipoteca. Então paga-se os 270 mil euros e encomenda-se uma avaliação a um perito avaliador para sustentar essa situação. -----

----- Acontece que o edifício não está construído em 40% e o futuro vai-nos demonstrar isso. A minha dúvida é se quase tudo o que está construído não vai ter de ser demolido. Trata-se de uma construção, se não estou em erro, com 16 ou 17 anos e com vicissitudes várias. O Senhor Presidente da Câmara sabem bem que assim é, porque ele até era Fiscal Municipal e conhece bem o processo. -----

----- Também basta olhar para o estudo prévio que a Câmara apresentou, e que eu tenho aqui, está no site da SRU, para perceber que o que ali está não é nada parecido. -----

----- Acho que é uma falácia. É mandar-nos areia para os olhos. Mais uma vez, a Câmara está a fazer uma compra muito acima, merece menos 150 mil euros. Trata-se de um terreno com alguma benfeitoria, de resto está tudo por fazer. -----

----- O PS tem maioria pode deliberar.-----

----- Nós acompanhamos as situações. É só para chamar a atenção, e para que fique em ata, que consideramos que a Câmara fez mais uma vez um mau negócio. -----

----- Em relação à forma como a Câmara trata os dinheiros públicos, também recentemente em reunião de Câmara foi decidido adjudicar um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, pelo valor de 87 mil euros. Acontece que, em 2008, também a Câmara contratou, quase todos nos recordamos, à empresa do professor Augusto Mateus, ex-Ministro da Economia, socialista, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Estratégico Coruche 2020, do qual foi feita a edição de um livro, 1000 exemplares. Se o Boletim Municipal tem um valor bastante elevado, quanto é que não custou esse livro. Há 8 anos, gastou-se uma pipa de massa num Plano que hoje não vale por ventura coisa nenhuma. Agora é preciso gastar mais 87 mil euros, para já, na elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano. -----

----- Queria ainda referir que a Câmara tem vários regulamentos, no entanto, alguns não estão por ventura adequados. São presentes às reuniões de Câmara propostas pontuais de apoio a municípios desfavorecidos, sem critério, sem estarem fundamentadas nos regulamentos e onde há um elemento subjetivo para apreciação. -----

----- Não ponho em causa a necessidade das pessoas, mas qualquer munícipe conhecedor destas questões pode propor à Câmara que lhe custei a compra de óculos, próteses auditivas, próteses dentárias, etc. A Câmara ultimamente tem considerado propostas deste género. Numa reunião deliberou atribuir um apoio financeiro para dois pares de óculos, um de 160 € e um de 605 €.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

Acho que isto não é normal, tem de haver equidade no apoio aos munícipes carenciados de forma clara e transparente, em que todos saibamos quem é que pode aceder, até quanto a Câmara pode custear e com que base. Tem de haver critérios. Não pode haver aqui tendências, eu diria, populistas, demagógicas e que não levam a lado nenhum e que é um terreno bastante perigoso. --

----- Queria colocar uma outra questão, que está ainda em análise, segundo li no Jornal O Ribatejo, na edição de 5 de junho, sobre um estudo económico para a fusão das Águas de Santarém com as Águas do Ribatejo, que terá sido afluído em reunião dos Presidentes de Câmara na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, sendo o mesmo pago em 70% pelas Águas do Ribatejo e 30% pelas Águas de Santarém. -----

----- Todos sabemos que as Águas de Santarém foi um processo de Moita Flores, que agora está na sombra, mas que foi uma das bandeiras do PSD e que deixou o concelho de Santarém numa desgraça e com dívidas. Não quis aderir às Águas do Ribatejo e constituiu as Águas de Santarém, a qual tem um Conselho de Administração e 130 trabalhadores. -----

----- Nas Águas do Ribatejo por cada trabalhador há 445 clientes e nas Águas de Santarém há 259 clientes. -----

----- Presumo que o Presidente da Câmara, que também é Presidente do Conselho de Administração das Águas do Ribatejo, nos possa dar alguma explicação sobre esta matéria. -----

----- Desde já estou de pé atrás com aquilo que por aí vem e que as Águas do Ribatejo se tenha de esforçar para salvar, sanear os erros, as asneiras, as más feitorias que o PSD fez no concelho de Santarém. A empresa é para defender a água e os interesses dos Municípios que hoje serve e as suas povoações. -----

----- Temo se isto se vier a consumir. Quem vai pagar tudo isto? São os clientes, com aumentos, pode não ser no tarifário, mas como o António Costa fez em Lisboa, tarifas e mais tarifas. ---

----- Chamo a atenção para este processo, pois tem de haver aqui também transparência. -----

----- A Deputada Municipal Mara Coelho referiu: A minha intervenção tem a ver com um tema que tem estado na ordem do dia na comunicação social, a intenção de constituição do Grupo Hospitalar do Ribatejo através da junção o Centro Hospitalar do Médio Tejo com o Hospital de Santarém. -----

----- Apresentamos uma declaração uma vez que é apenas uma intenção, não há nada ainda firmado, mas fica já esta chamada de atenção para todos os Grupos Municipais. -----

----- Passo a apresentar, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, a seguinte **declaração**: -----

----- “Intenção de constituição do Grupo Hospitalar do Ribatejo através da junção do Centro Hospitalar do Médio Tejo com o Hospital de Santarém -----

----- Considerando a intenção do governo de constituir o Grupo Hospitalar do Ribatejo, resul-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

tando da agregação do Centro Hospitalar do Médio Tejo com o Hospital Distrital de Santarém e que foi manifestada pelo Secretário de Estado da Saúde, Manuel Ferreira Teixeira; -----

----- Considerando, as comunicações já divulgadas tanto pela CIM do Médio Tejo, como pela CIM da Lezíria do Tejo, o Grupo Municipal do PS, atendendo ao supremo interesse dos cidadãos coruchenses, manifesta elevada preocupação e apreensão relativamente às pretensões da tutela, sobretudo quando os estudos que estão na base da dita proposta não foram analisados, nem são conhecidos dos autarcas da zona geográfica em que incide a agregação. -----

----- Considera o Partido Socialista, que uma reforma deste teor, com as alterações e implicações que terá para a vida dos cidadãos, não pode nem deve ser feito à pressa e sob a pressão da proximidade das eleições legislativas. -----

----- Não pode a Assembleia Municipal de Coruche ficar indiferente aos efeitos que esta medida a ser implementada à pressa pode trazer de prejuízo no serviço prestado às populações, sobretudo neste direito fundamental que é o direito à saúde. -----

----- Os problemas estruturais tanto do Hospital de Santarém, como do Centro Hospitalar do Médio Tejo dificilmente se resolvem com uma agregação ou integração, são sobretudo problemas de comprovada debilidade estrutural tanto ao nível do pessoal como dos meios de diagnóstico. Desta alegada agregação só poderá resultar um agravamento dos problemas estruturais de funcionamento e servir pior as populações. -----

----- Não podemos ainda deixar de manifestar os exemplos anteriores, nomeadamente na área da justiça ou numa outra escala na área da reforma administrativa, e que parece ser agora de replicar na Saúde, com o risco da dispersão das especialidades, afastando cada vez mais geograficamente as pessoas do Serviço Nacional de Saúde, bem como da articulação com os cuidados de saúde primários. -----

----- O Grupo Municipal do PS, reunido em sessão ordinária reafirma a necessidade de salvaguardar a relação de proximidade com os serviços de saúde, o que é de todo incompatível com grandes distâncias a especialidades médicas básicas. Não podemos esquecer a dimensão do distrito de Santarém, com elevadas distâncias entre concelhos, o que é um risco para o bem Vida, que deve ser garantido. -----

----- Deste modo, é urgente conhecer os estudos que estão na base desta proposta que não pode avançar sem ouvir os autarcas das regiões e Comunidades Intermunicipais respetivas e sem se saber, particularmente quais os impactos para o concelho de Coruche, para a população que já assim está a elevadas distâncias do Hospital de Santarém e que continua a ser penalizada com a não abertura do Serviço de Urgência Básico e cuja população envelhecida será sempre a mais vulnerável e prejudicada com medidas feitas à pressa, sem conhecimento do território e sem efetivo conhecimento do real impacto para os 21 concelhos do distrito de Santarém.” -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Queria também manifestar a minha satisfação pela retirada da ação do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria.-----

----- Já tinha colocado esta questão numa sessão anterior, pois parecia que estava a tomar contornos caricatos e de ridículo, penso que, na altura, foi a expressão que utilizei.-----

----- Embora seja de saudar esta medida, entendo que, peca por tardia, porque desde que a ação foi metida já passaram dois mandatos e estamos daqui a pouco a meio do terceiro mandato. Não havia razão para demorar tanto tempo a retirar a ação, a não ser que fosse por alguma teimosia. Como tal, fica esta nota para registo na ata, que foi tardia e que podíamos certamente correr o risco de ver o Senhor Presidente da Assembleia que é da mesma cor política do Senhor Presidente da Câmara sentarem-se frente a frente em Tribunal e depois o Senhor Presidente da Assembleia não sabia bem o que iria defender, pois, na altura, era Deputado Municipal, e o Senhor Presidente da Câmara a ter de fazer o frete de atacar. Era o cúmulo do ridículo. Daí eu dizer que é tardia. Infelizmente, a justiça não funciona como devia funcionar e o processo tem-se arrastado. Congratulo-me por ter sido tomada esta medida. -----

----- Também a minha intervenção era relativamente ao Centro Hospitalar do Ribatejo. Acho que a Deputada Mara Coelho já disse o principal. É uma intenção que já foi proposta aos Presidentes de Câmara onde existem Hospitais do Centro Hospitalar do Médio Tejo.-----

----- Esta proposta vem na sequência da Portaria n.º 82/2014, que prevê o encerramento de algumas valências em ambos os Hospitais, numa perspetiva economicista, em que o Governo está a preparar para encerrar algumas valências, sendo que a valência que nos diz mais, do ponto de vista emotivo, é uma maternidade no distrito. Não sabemos se é a de Santarém ou a de Abrantes, mas há a possibilidade de uma delas encerrar, estando inserida nesta profunda campanha legislativa que o Governo pretende fazer antes das eleições. Aquilo que o Governo não conseguiu privatizar, está agora nos últimos passos do seu mandato a tentar alterar. Temos o exemplo com os transportes públicos e com a TAP. Agora está também a chegar à saúde.-----

----- Também não trouxe nenhuma proposta escrita, acho que devemos aguardar para a próxima sessão da Assembleia Municipal, para ver como as coisas evoluem.-----

----- Penso que a posição da Assembleia Municipal de Coruche deve ser no sentido de auscultar os autarcas. Apesar de, na fase em que estamos, não é por o Governo auscultar ou não que vai deixar de o fazer. Acho que a posição deve ser firme no sentido de pedir a revogação da Portaria n.º 82/2014, que está para ser implementada e também a exigência imediata da interrupção de qualquer medida que visa a criação do Centro Hospitalar do Ribatejo, deve ser a nossa posição em defesa do Serviço Nacional de Saúde, em defesa das populações e sobretudo em defesa das conquistas de Abril.-----

----- Para a saúde e para as populações não há dinheiro, há falta de profissionais, há falta de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

meios. Ainda ontem, uma pessoa me telefonou dizendo que foi ao Hospital de Abrantes porque ficou preso um cotonete no seu ouvido e que depois a mandaram para o Hospital de São José, fez 300 km, porque no Hospital de Abrantes não havia os devidos equipamentos. -----

----- Para a saúde não há dinheiro, mas para colmatar os desfalques e as tralhalices do Banco Espírito Santo já houve dinheiro. Ainda hoje, vinha nas notícias que a Caixa Geral de Depósitos terá de entrar com mais dinheiro. -----

----- Acho que temos de ter uma posição firme, porque isto é um ataque às conquistas de Abril, é um ataque aos nossos bolsos, pois estão a retirar a nós para meter nos bolsos dos banqueiros e dos tralhalhas. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar afirmou: Deve preocupar-nos a todos o que tenha a ver com perda de valências tão sensíveis como é a nível da saúde. -----

----- Falou-se de um caso contado pelo telefone, também vou contar uma situação que se passou com o meu filho. A meio da madrugada fui com ele para o Centro de Saúde de Coruche porque estava com febre e mal disposto. Acontece que os aparelhos que utilizaram não funcionaram e depois o meu filho foi para o Hospital de Santarém numa ambulância. Quando chegou ao Hospital de Santarém, a médica disse, mas que disparate é este, o menino não tem nada. Isto foi em 2011 com o Governo socialista. Foi quando também no Centro de Saúde de Coruche não havia líquido para fazer as radiografias e pensos rápidos para as feridas. -----

----- Não devemos escamotear a realidade. Este foi um caso que aconteceu comigo, ninguém me contou uma situação. Não estou a dizer que as coisas hoje não acontecem, continuam a acontecer. Acho que devemos estar preocupados e não deixar passar em claro estas questões e trazê-las sempre à Assembleia Municipal. -----

----- Queria saudar o Senhor Presidente da Câmara sobre a questão que hoje foi aqui colocada e que eu já tinha visto com agrado na reunião de Câmara, da proposta de retirar a ação da Câmara contra a Assembleia Municipal. Deixo esta saudação pela iniciativa e pela coragem que teve, tendo em conta que o processo se arrastava a estes anos todos. Recordo-me perfeitamente dessa situação, estava na Assembleia Municipal. -----

----- Como tenho feito em anteriores sessões, hoje, também trago aqui mais um ranking, porque o Senhor Presidente da Câmara gosta tanto de rankings. -----

----- Pelo segundo ano consecutivo que a Consultora Bloom Consulting publicou o ranking sobre qualidade de vida, turismo e ambiente para fazer negócios nos 308 Municípios portugueses. É mais um daqueles rankings que o Senhor Presidente da Câmara vai dizer que não interessa, porque ficamos classificados no 132.º lugar, na avaliação dos três indicadores, em termos nacionais. Por isso é que não o vimos destacado no site do Município. -----

----- Só partilhar convosco que, tendo em conta o investimento que o Município tem feito nos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

últimos anos nesta área, em termos de turismo, ficámos classificados no 181.º lugar, e na qualidade de vida no 131.º lugar. Este o mesmo estudo que o ano passado dizia que éramos dos melhores do Alentejo. -----

----- Já aqui foi referido que o Senhor Presidente da Câmara tem feito um grande investimento nos imóveis. Quanto à compra do terreno para a construção do court de ténis, o Senhor Presidente da Câmara, na última sessão, usou como argumento que o avaliador tinha referido que aquele terreno tinha de ser pago enquanto terreno urbano, apesar de estar no PDM como terreno desportivo e em relação ao prédio que o Município deliberou comprar no Largo Porto João Ferreira, que o avaliador diz que existe um nível de construção de 40%. Penso que, é importante avaliarmos estes avaliadores que fazem estas avaliações para o Município. Quero ver quais são os 40% ou se verdadeiramente o que vai acontecer ao edifício é ser demolido e a Câmara ter de edificar de raiz pelas razões que aqui foram ditas. -----

----- Gostava de fazer uma referência a uma intervenção que ouvi aqui hoje, o Deputado Municipal da CDU a defender as Águas do Ribatejo e contra as Águas de Santarém. Se me recordo e todos os que estão aqui, desde que se começou a discutir as Águas do Ribatejo, este Senhor Deputado votou contra a adesão da Câmara às Águas do Ribatejo e, ao longo destes anos, tem feito sempre intervenções contra as Águas do Ribatejo. Neste momento, vem defender as Águas do Ribatejo contra as Águas de Santarém. Só dar esta nota que demonstra a credibilidade desta intervenção. -----

----- O Deputado Municipal Fernando Serafim referiu: Na encosta da Quinta do Lago ocorreram dois incêndios, um no final do mês de maio e outro durante este mês. Queria chamar a atenção para o estado em que se encontra este local, há mais de 20 anos que ninguém faz uma limpeza nesta encosta. É uma praga, as canas são mais que muitas, há lixo por todo o lado e ramos de árvores caídos. Também o antigo depósito de água se encontra abandonado, foi arrebitada a porta e o local serve para muita coisa. -----

----- A encosta da Quinta do Lago é uma zona riquíssima em pleno centro da vila, entre a zona baixa e a zona alta. Tem caminhos pedonais dirigidos para o Centro de Saúde e para a zona do cemitério e que são frequentados por muita gente, daí a razão da necessidade de uma limpeza. ---

----- É uma zona de montado que está perto do centro da vila. É importante preservar aquilo que lá existe. Não é vulgar em qualquer centro urbano, no distrito de Santarém e por outros locais a sul do país encontrarmos um montado de sobro no centro da vila. Além de ser uma zona bonita com uma paisagem espetacular, deveria ser mais cuidada. Não é por falta de dinheiro, é por falta de atenção que não se faz uma limpeza. -----

----- Em relação a zonas ardidas, no nosso país há o cuidado de as proteger, em Coruche não é assim, na zona ardida, ainda hoje e ontem verifiquei que andaram a marcar a pista para o BTT. --



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

----- Isto cai por terra quando em tempos o Senhor Presidente da Câmara afirmou em relação às Barrocas que a vegetação existente era uma proteção para aquela estrutura. -----

----- Tem de haver medidas de proteção, mas, infelizmente não foram tomadas. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Queria falar de uma situação que é grave, a venda da TAP, com o argumento que dá prejuízo. Sabemos que os prejuízos vêm sim de uma empresa no Brasil, que manteve a estrutura de alta tecnologia e que obriga de facto a custos enormes. -----

----- Esperamos que o novo Governo consiga alterar e que continue com a maioria do capital nesta empresa. -----

----- Quando estes senhores dizem que a companhia era vendida por prejuízos, é mentira. -----

----- Espero que o povo lhe saiba dar a resposta. -----

----- O Deputado Municipal Nuno Figueiredo afirmou: Gostaria de começar por agradecer a oportunidade que tenho de intervir nesta Assembleia. É de facto um privilégio poder estar aqui como todos nós estamos, a tentar fazer o melhor pelo nosso concelho. -----

----- Gostaria hoje, de trazer algumas referências de boas práticas que estão a ser implementadas noutras autarquias pelo país, que devemos analisar com humildade e tentar perceber se as conseguimos adaptar à nossa realidade, de forma a inverter a redução da população, a falta de emprego e a promoção da fixação de população. -----

----- No que diz respeito à deslocalização de famílias e jovens, que é uma situação grave e galopante com que lidamos em Coruche, e para inverter esta tendência, defendemos medidas como por exemplo o Município de Braga está a implementar. -----

----- Existe uma minoração de 10% no IMI a aplicar nos imóveis destinados a habitação própria e permanente quando o número de dependentes que compõem o agregado familiar foi igual ou superior a dois. O Município garante assim um benefício financeiro direto às famílias coruchenses, seguindo uma verdadeira política de responsabilidade social. -----

----- Para além de feiras, gastronomia e eventos, cuja quantificação na balança, entre custo para o Município, e o valor gerado para os habitantes do concelho de Coruche se torna vaga, defendemos que será mais premente o foco na promoção e captação de pessoas e emprego. -----

----- Sendo assim, para captar investimento direto estruturante, e complementar as atividades já instaladas, no sentido da criação de um cluster agro-industrial, defendemos a análise das necessidades das empresas locais a nível de tecnologia e mão-de-obra qualificada, trabalhando em conjunto com o ensino profissional e universitário do concelho para colmatar estas lacunas, e ter os jovens de Coruche, a gerar valor nas empresas do concelho. -----

----- Outra situação implementada com grande sucesso, desta vez na Câmara Municipal da Guarda, tem a ver com o Programa Portugal 2020, com a abertura de um gabinete específico so-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

bre fundos comunitários, para o concelho poder aproveitar as oportunidades do programa, disponibilizando técnicos para apoiar instituições e empresas do concelho que tencionem recorrer a fundos europeus. -----

----- Para finalizar, gostaria de referir uma outra medida que neste caso está a ser implementada na autarquia de Braga, que na taxa de derrama do IRC e de forma a potenciar o estímulo ao investimento nas micro, pequenas e médias empresas, aumentando a sua competitividade empresarial, isentou as empresas que tenham um volume de negócios até 150 mil euros. -----

----- Às empresas que apresentem lucros superiores a 150 mil euros, a taxa aplicada é de 0,5%. -----

----- No fundo tudo isto são exemplos, tudo isto são ideias, mas se realmente queremos fazer por Coruche e pela nossa população, temos também todos nós que ser mais pragmáticos, contribuir com ideias e iniciativas e pensar genuinamente na melhor forma de reavivar a nossa vila, o nosso concelho, a nossa população e as nossas empresas. -----

----- O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- Sobre as referências aos custos e encargos financeiros com a aquisição de alguns terrenos, nomeadamente do court de ténis, já falámos do assunto na última sessão, e quanto ao prédio que está em construção há cerca de 20 anos e aos encargos que estão subjacentes a este imóvel. --

----- Sobre o terreno das Piscinas Municipais já falámos o suficiente, inclusive na sequência de pedidos de esclarecimentos levantados na Câmara Municipal, em que a perita fez esses esclarecimentos, ou seja, remeteu para as regras do Código das Expropriações, o que é que se tem de ter em causa quando se faz a avaliação, ou seja, não é especificamente a possibilidade construtiva do local, tem de ser avaliado num perímetro de 300 metros, ainda que esteja em PDM definido com a área de expansão desportiva. Há regras e há critérios em termos de avaliação que têm de ser cumpridos. -----

----- Relativamente ao valor que foi adquirido o terreno das Piscinas Municipais e depois o terreno do Estádio Municipal, já no tempo o PS, o terreno para o court de ténis foi muito mais barato, em estilo comparativo de 35 €/m<sup>2</sup> e 22 €/m<sup>2</sup>. -----

----- Tudo é criticável, mas, às vezes, temos de ser um bocadinho sérios nestas coisas e não estar a apontar o dedo só por estar na oposição. -----

----- É importante referir que, neste ano e meio de mandato, as questões têm sido resolvidas e ultrapassadas a bem das estruturas do Município de Coruche. Se virmos nesta perspetiva, então conseguimos resolver muita coisa, se virmos na perspetiva negativa, conseguimos encontrar defeitos e situações, pelo menos em termos políticos, a apontar. -----

----- Penso que todos concordaremos que este prédio é de facto uma nódoa negra no nosso Centro Histórico, é uma aberração que não teve saída durante estes 20 anos e não teria saída nos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

próximos 20 anos se não tomássemos esta iniciativa. -----

----- Existe ainda uma situação de conflito com o proprietário contíguo, ou seja, de evasão de espaço aéreo sobre o prédio contíguo e que nunca foi resolvida em tempo. -----

----- Aquele edifício em termos da sua estrutura precisa de ser reabilitado no sentido de ser ajustado às novas exigências, compartimentos, acessibilidades, isolamentos térmicos, cumprimento de uma série de regulamentos que agora são exigidos e que há época não eram exigidos. --

----- A nossa intenção não passa pela demolição total do edifício, passa por demolir parcialmente as partes que se propuserem ao prédio contíguo e de adoptar medidas necessárias ao enquadramento urbanístico, recorrendo à sua aprovação por parte do Instituto de Reabilitação Urbana. -----

----- Estamos a falar de um edifício que está em estado de reabilitação não pela degradação da construção, mas por nunca ter servido. -----

----- É nossa intenção obter financiamento para podermos reabilitar este edifício. -----

----- É caro, provavelmente, é caro. Quem compra acha sempre caro e quem vende acha sempre barato. -----

----- Temos que nos sujeitar àquilo que são as regras e às condicionantes para a construção daquele edifício e há hipoteca que recai sobre o mesmo. É verdade que foram condicionantes muito difíceis de negociar e de resolver. Mas há coisas que nós ou fazemos ou não fazemos e a oportunidade de fazer e a forma de fazer foi esta. Se estivéssemos à procura do momento ideal ou do valor ideal não seria nos próximos 10 anos ou 20 anos e teríamos de ter ali aquele edifício para todo o sempre. -----

----- Deve haver essa preocupação com aquilo que são dinheiros públicos, com aquilo que é a governação e a gestão da Câmara Municipal. A aquisição do edifício está prevista no nosso PPI e Orçamento, como está também a sua recuperação. É nossa intenção reabilitá-lo para permitir o seu arrendamento com rendas sociais para que os casais jovens possam ter essa disponibilidade de concorrer ao arrendamento. -----

----- A recuperação financeira desse investimento será muito mais alongada no tempo, claro que sim, mas, a missão da Câmara também não é ter rentabilidade naquilo que é a sua atividade económica. -----

----- Gostava de não ter de fazer o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, o Plano de Ação Estratégico, o Plano da Unidade Sustentável e o Plano de Ação da Reabilitação, mas as regras da reabilitação urbana obriga a ter de fazer estes Planos. Não tendo a Câmara Municipal de Coruche equipas técnicas com formação para poder desenvolver estes Planos, e até porque existe um prazo, 15 de setembro, os mesmos têm de estar desenvolvidos sob pena de o Município não poder apresentar as candidaturas. Pergunto como é que fazemos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

----- Se calhar é um presente envenenado. Toda esta estratégia é muito para promover a consultoria. É uma chuva de empresas a pescar à linha, qual é que é a autarquia que não tem uma empresa de consultoria para fazer esta prestação de serviços nas mais variadíssimas áreas. Nós não somos exceção à regra, isso passa-se neste Município e passa-se noutros Municípios. -----

----- Há a possibilidade dos custos inerentes à elaboração destes Planos serem financiados, assim como a elaboração dos projetos ou a fiscalização das obras. -----

----- Não deixamos de pensar que isto é caríssimo, que é um assalto quase à mão armada. Mas se não o fizermos não temos forma de fazer a candidatura à reabilitação urbana e deixamos fugir “uma pipa de massa”. -----

----- Todos temos a certeza nesta sala que Coruche precisa de fazer reabilitação urbana que tenha a ver com o espaço público, desde as ruas ao edificado que está no domínio desta Câmara.

----- Daquilo que sei de reuniões com diferentes Presidentes de Câmara que pertencem a diferentes forças políticas é a mesma coisa, estão todos a socorrer deste mecanismo que está ao nosso alcance. -----

----- O PS sendo oposição, provavelmente, também critica estas ações. -----

----- Quem tem de gerir, quem tem de certa forma justificar o seu trabalho, tem de investir para andar para a frente. -----

----- Em relação ao Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, estamos a falar de um Regulamento que tem uma aplicação vastíssima, permite desde o pagamento de medicamentos, fisioterapia, transportes escolares, rendas de casa, etc. É um dos Regulamentos mais sociais que conheço. Não conheço outro Município que tenha um Regulamento com uma abrangência tão grande. Socorremo-nos deste Regulamento para apoiar as famílias mais necessitadas, no qual está previsto quais são os critérios para as pessoas serem ajudadas. Não é isso que nós todos falámos? Que temos de ter um papel social? Que temos de ter o papel de ajudar as pessoas mais desfavorecidas? Obviamente que este Regulamento tem de ter uma melhoria no sentido de regular as várias situações. -----

----- Em relação a estes munícipes que pediram um apoio financeiro para a aquisição de óculos e de um aparelho auditivo, expus o assunto na Câmara para que todos falássemos abertamente. -----

----- Relativamente à empresa Águas do Ribatejo, não vou fazer aqueles comentários de quem esteve contra ou a favor. Os partidos que estão a governar querem os resultados para as Águas do Ribatejo e para os Municípios envolventes e os partidos que estão na oposição mostram contrariedade e criam factos políticos. -----

----- Santarém estava no primeiro estudo das Águas do Ribatejo. Não é novidade nenhuma que Santarém dá escala, dá dimensão, isto é, o número de clientes que tem dá dimensão às Águas do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

Ribatejo e facilmente percebermos se dá dimensão, se dá escala, que dá mais valia em termos de resultado financeiro e eventual descida na fatura final. -----

----- Há muitos factores que temos de discutir, porque o modelo de governação é completamente diferente relativamente às Águas do Ribatejo e às Águas de Santarém. -----

----- Temos de ponderar aquilo que é o investimento que foi feito pelas Águas de Santarém, aquilo que é o recurso ao empréstimo bancário para perceber até que ponto o recurso que foi feito pelas Águas de Santarém não põe em causa o projeto financeiro das Águas do Ribatejo e os outros factores que têm a ver com a ligação destas duas empresas, se é uma fusão, se é uma agregação, como é que isso acontece. -----

----- Santarém não pode passar como passou Torres Novas, porque Santarém tem uma empresa constituída, portanto, tem de haver aqui ou uma fusão entre as duas empresas ou uma agregação, porque o capital, digamos assim, de risco das Águas de Santarém não pode passar para a Câmara Municipal de Santarém, isto é, na mesma fração de segundos não pode passar para a Câmara e noutra fração de segundos passar para as Águas do Ribatejo, até porque tem de ter visto do Tribunal de Contas e isso é muito difícil. -----

----- Aquilo que de uma forma simples foi apurado no estudo das Águas do Ribatejo, e o documento que eu tenho é um documento privado, é que os resultados em termos de gestão são muito diferentes. -----

----- Na futura empresa, se Santarém entrar, não pode haver dois administradores financeiros, os mesmos técnicos relativamente a cada unidade orgânica, o número de funcionários por cidadão é muito superior, duas vezes e meia superior às Águas do Ribatejo, tem de haver um ajuste porque as Águas do Ribatejo não irá receber todo esse capital humano. Alguns funcionários têm de regressar à Câmara Municipal de Santarém, mas o meu colega não se importa porque está com falta de funcionários e alguns são funcionários da Câmara, essa questão não se colocará, mas colocar-se-á em relação aos quadros técnicos superiores que foram contratados pelas Águas de Santarém. É a lei do trabalho, existem contratos e os contratos têm termos e quando as situações mudam esses contratos deixam de produzir efeitos. -----

----- Aquilo que se tentou fazer com este estudo que está a ser desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo e que é participado financeiramente pelas Águas do Ribatejo e pelas Águas de Santarém, é uma primeira abordagem, porque se virmos que isto é inviável então não há casamento. É como quando se namora, se há incompatibilidade de feitios não casamos e aqui é a mesma coisa. Se deste estudo vierem indicadores de que não é um casamento de sucesso entre as Águas do Ribatejo e as Águas de Santarém, mandaremos fazer um estudo de viabilidade económica e financeira mais aprofundado, com outros indicadores que nos permitam projetar o futuro a 40 anos que é o universo das Águas do Ribatejo. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

----- Sei que o meu colega tinha este assunto para levar à reunião de Câmara, como nós também levamos, e que retirou o assunto porque estava com problemas com a oposição, o Partido Socialista e o Partido Comunista. Vias disso vai mandar fazer um outro estudo, o que é um disparate se depois os estudos não casarem, não vai dar em nada e vamos ter aqui uma séria de problemas. A coisa já passou para a área política e quando passa para a área política destrói tudo. ---

----- A Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo vai mandar fazer um estudo para ver a realidade deste casamento, estudo que é participado pelas Águas de Santarém e pelas Águas do Ribatejo. E as Águas de Santarém vai fazer um outro estudo, porque na reunião de Câmara disseram que não havia credibilidade no estudo e que tinha de ser efetuado por uma entidade idónea (como se a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo não fosse uma entidade idónea e não tivesse criado todas estas estruturas que hoje existem nas Águas do Ribatejo, Sociedade de Reabilitação Urbana e outras). -----

----- O que é que acontece se estes estudos agora não casarem. O estudo que foi mandado fazer a uma empresa de consultoria pelas Águas de Santarém diz uma coisa e o que vai ser mandado fazer pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo eventualmente vai dizer outra coisa, se calhar não vai haver casamento. -----

----- Inclusive dispus-me a falar e também o meu colega de Benavente, para haver alguma conversa política no sentido de harmonizar junto dos nossos grupos políticos e para tentar esclarecer o que se pretende, mas percebi por parte do Presidente da Câmara Municipal de Santarém que já não havia essa possibilidade. -----

----- Quanto ao Grupo Hospitalar do Ribatejo, na última reunião da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, onde estão representados todos os Municípios, a decisão tomada entre os Senhores Presidentes de Câmara, foi manifestar a nossa preocupação com a sua constituição. ----

----- Como não se conhecem ainda outros dados, parece-me que é prematuro lançarmos um outro tipo de ofensiva, de contestação, relativamente a esta proposta do Ministro da Saúde. -----

----- Este Grupo Hospitalar pode levar a que sejam reduzidas especialidades nos hospitais do distrito. Queremos que os resultados desta intenção sejam transparentes e demonstrados para percebermos o que está em causa com esta agregação e o que vai trazer em relação a cada uma das especialidades. -----

----- Para já é manifestar esta preocupação e, eventualmente, se as coisas forem nesse sentido, ver outra forma de contestar. -----

----- Não registo à provocação do Deputado Municipal Francisco Gaspar relativamente aos rankings, porque continuo a gostar dos rankings. Percebe-se que a sua intenção em relação ao Município de Coruche é quanto pior melhor. Mas, a posição de 132.º lugar, entre 308 Municípios, diria que não estamos na média, estamos a meio. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

----- Focalizou aquilo que era a posição do Município de Coruche de rankings anteriores que foram dados por esta empresa Bloom Consulting, mas esqueceu-se de referir que estávamos a falar da região do Alentejo e que no ranking regional do Alentejo o Município de Coruche está no 6.º lugar nos negócios, no 15.º lugar nos concelhos com melhor qualidade de vida para viver e no 25.º lugar nos concelhos a visitar, a que leva no somatório nacional nos 308 Municípios à posição de 132.º lugar. Mas também os únicos Municípios que estão à nossa frente na zona da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo são apenas dois, porque nós estamos em 3.º lugar. Isto é mau? -----

----- Vamos ver até que ponto estes valores não são alterados depois da contestação. É um pouquinho assim, quando contestam ajustam os valores às necessidades, como já aconteceu com outros Municípios vizinhos. -----

----- Nesta avaliação a nível do Alentejo, que contempla 58 Municípios, nós estamos em 16.º lugar no geral, a mim não me choca muito. -----

----- Foi dito que o Município de Coruche está tão mal qualificado e que presta um trabalho menos digno, no entanto, foi nomeado pela Universidade do Minho para o Prémio Município do ano de 2015. -----

----- O Município tem uma classificação menos boa, de acordo com esta empresa, em termos nacionais, mas, em termos regionais, já percebemos que está bem classificado. -----

----- Em relação aos incêndios na encosta da Quinta do Lago, estive no local e, de facto, houve mão maldosa, tanto assim é que quando ocorreu o segundo incêndio, cinco minutos mais tarde, deflagrou outro incêndio na Fajarda, para haver mais dificuldade no combate aos incêndios. -----

----- A dificuldade é trabalhar aquela encosta com meios mecânicos, não se consegue, é muito íngreme e podemos provocar uma erosão, é muito difícil. De facto, é um trabalho que tem de ser efetuado, mas, neste momento, existe muita dificuldade em termos de recursos humanos. Temos só três jardineiras, daí que, também os nossos espaços verdes e jardins públicos não estejam nas melhores condições. -----

----- Quando se pensou no circuito do BTT não havia esta espetativa. A capacidade daquela encosta rapidamente irá recuperar. Quando chegar o inverno se não recuperar será complicado, com o deslize de terras ao nível daquela encosta. -----

----- Compreendo a preocupação manifestado pelo Senhor Deputado Fernando Serafim, é também a minha preocupação, mas vimo-nos impossibilitados de meios para intervir na encosta da Quinta do Lago. -----

**-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----**

----- **PONTO UM - REGULAMENTO DAS TAXAS MUNICIPAIS:-** Foi presente o ofício n.º 3587, de 26 de maio de 2015, da Câmara Municipal de Coruche, anexando o Regulamento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

das Taxas Municipais, que foi aprovado por unanimidade, em sua reunião ordinária de 20 de maio de 2015, o qual fica a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Um por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Houve necessidade de atualizar o nosso Regulamento das Taxas Municipais, nomeadamente: -----

----- Artigos 8.º - Isenções Especiais: -----

----- Ponto 1 - No sentido de haver uma redução até 50% no valor das taxas quando a Câmara tenha de prestar serviços aos munícipes, em termos de buscas no Arquivo Municipal; -----

----- Ponto 2 - Isentar taxas relacionadas com reclamações de interesse municipal. -----

----- Decorrente do Regulamento anterior havia uma situação que não era justa de certa medida, isto é, quem viesse à Câmara apresentar uma reclamação ou uma queixa no Serviço de Fiscalização, tinha custos administrativos, de deslocação da fiscalização e de buscas. -----

----- Obviamente que estávamos a beneficiar o infrator. Mas, por vezes, essas queixas até vêm de certa forma ajudar o Município na sua ação de fiscalização. Nesse sentido, retirou-se essas custas que recaíam sobre o munícipe. -----

----- Artigo 9.º - Reduções - Tem a ver com as empresas que estão localizadas nas nossas áreas industriais. Estava previsto que a redução fosse até 100% e agora essa redução é até 50%. -----

----- Foi uma situação disputada por um pedido de isenção por parte da empresa Amorim Florestal, S.A., quando fez uma ampliação e que a Câmara isentou em 100% essa licença. -----

----- As empresas que já estão instaladas e que possuem um capital considerável, estavam também a utilizar esta permissão do Regulamento para ter alguma facilidade. Foi entendimento que, pelo menos, paguem 50% da licença. Foi essa a alteração que se fez. -----

----- Ainda que, na minha perspetiva, possamos melhorar esta situação e que neste Regulamento se possa entroncar, por exemplo, o escalonamento da derrama, ou seja, no sentido de beneficiar as pequenas e médias empresas com negócios até 150 mil euros, terem isenção de 100% e as empresas que têm negócios superiores pagarem a taxa por completo. Parece-me que faz todo o sentido. É um pouco na sequência daquilo que disse o Deputado Nuno Figueiredo. -----

----- Peço desculpa, há pouco, não respondi às questões colocadas pelo Deputado Nuno Figueiredo, mas irei fazê-lo mais tarde. A sua intervenção foi feita pela positiva. -----

----- Quanto à instalação de painéis fotovoltaicos, o Regulamento previa que fosse cobrada apenas a taxa pelo elemento de fixação ao sol, a taxa era baixíssima, e alterou-se no sentido de cobrar a taxa pela área do painel em metros quadrados, em 50%. -----

----- Tendo em conta a dimensão do parque fotovoltaico do Pingalim, dava valores enormíssimos, na ordem dos 15 mil euros ou 10 mil euros. Deixem-me dizer isto com toda a transparên-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

cia, na circunstância da NEOEN, foi uma empresa amiga em termos sociais, promovendo a disponibilidade de bolsas de estudo para alunos do concelho e ajudando naquilo que tem a ver com materiais pedagógicos, estávamos de certa forma a penalizar quem nos ajuda. -----

----- Esta alteração vem graduar a aplicação da taxa, no sentido de até uma determinada área, tem uma graduação, e depois à medida que a área aumenta em termos de painéis, é reduzida a aplicação da taxa urbanística. -----

----- Em relação a Mercados e Feiras, reduzimos 20% ao custo daquilo que são as licenças para a fixação dos feirantes no nosso Mercado Municipal. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Um. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Regulamento das Taxas Municipais. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO DOIS - REGULAMENTO DO PRÉMIO DE MÉRITO ESCOLAR 20/20:-**

Foi presente o ofício n.º 4049, de 18 de junho de 2015, da Câmara Municipal de Coruche, anexoando o Regulamento do Prémio de Mérito Escolar 20/20, que foi aprovado por unanimidade, em sua reunião ordinária de 17 de junho de 2015, o qual fica a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Dois por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Este Regulamento tem a ver com aquilo que é o percurso académico dos nossos estudantes, quer da Escola Secundária, quer da Escola Profissional, no sentido de atribuímos prémios àqueles que tiveram o melhor desempenho durante o ano letivo, nos anos 10.º, 11.º e 12.º, ou seja, premiar pela positiva, no sentido de valorizarmos aqueles que têm melhor desempenho e os que se dedicam nas várias áreas de ensino, com prémios ainda a definir pela Câmara Municipal. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Dois. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Regulamento do Prémio de Mérito



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

Escolar 20/20.-----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **Seguidamente procedeu-se a um intervalo pelas vinte e duas horas e cinquenta minutos.** -----

----- **Reiniciaram-se os trabalhos pelas vinte e três horas e quinze minutos.** -----

----- **PONTO TRÊS - AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DESTINADA À EXECUÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DO MONTE DA BARCA - NORTE:-** Foi presente o ofício n.º 4048, de 18 de junho de 2015, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 17 de junho de 2015, a qual a seguir se transcreve: -----

----- “A Lei n.º 75/2013 veio estabelecer no seu artigo 2.º uma cláusula na qual refere o domínio das atribuições das autarquias locais.-----

----- No artigo 24.º do mesmo normativo legal veio o legislador estabelecer que são atribuições dos Municípios a: “promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações”, vindo a definir adiante que as atribuições dos Municípios são, entre outras, a promoção do desenvolvimento, o ordenamento do território e a construção de equipamento rural e urbano.-----

----- No cumprimento desta atribuição a Lei n.º 75/2013 veio estabelecer no seu artigo 33.º, ff) que compete à Câmara Municipal: promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização e eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal. -----

----- Mais adiante estabelece ainda na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º que compete à Câmara Municipal “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal. -----

----- Dispõe ainda o Decreto-Lei n.º 380/99:-----

----- Artigo 118.º -----

----- Princípio geral -----

----- 1 - O Município promove a execução coordenada e programada do planeamento territorial, com a colaboração das entidades públicas e privadas, procedendo à realização das infra-estruturas e dos equipamentos de acordo com o interesse público, os objectivos e as prioridades estabelecidas nos planos municipais de ordenamento do território, recorrendo aos meios previstos na lei.-----

----- A Câmara Municipal de Coruche aprovou o Plano de Pormenor da Zona de Expansão da Zona Industrial do Monte da Barca - Norte. -----

----- Resulta da aprovação do referido Plano toda a fundamentação que justifica a sua execução e que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

----- Considerando o teor da deliberação de Câmara datada de 7 de maio de 2014 pela qual era determinada a execução do Plano.-----

----- Considerando que está prevista em PPI a execução da Área Empresarial do Sorraia (classificação PPI 3 320 2013 29 1/classificação orçamental 01 02 0701 04 13). A execução prevista é 2015 – 135.000 €; 2016 – 1 772 830 €; 2017 – 1 430 000 €.-----

----- Considerando que a Província Portuguesa da Sociedade Salesiana, proprietária do maior prédio que é abrangido pelo Plano, veio ao procedimento manifestar a intenção de vender a propriedade ao Município.-----

----- No âmbito da execução do Plano, o Município iniciou já o processo com vista à elaboração do projeto de loteamento e obras de urbanização da Zona Industrial do Monte da Barca - Norte, tendo para o efeito contratado a empresa Arquelande - arquitetura paisagística unipessoal, Lda.-----

----- Em conformidade com os normativos legais foi emitida a declaração de impacto ambiental que se junta em anexo e que estipula um conjunto de condicionantes.-----

----- A execução do Plano compreende os seguintes prédios (unidade de execução 3):-----

----- A) Prédio com a área de 477.218 m<sup>2</sup>, designado por parcela 1, pertencente ao atual artigo rústico 17, da Secção EEE, com a área de 373.991 ha (não atualizada na CRP), pertencente à freguesia de União das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra, concelho de Coruche e propriedade da Província Portuguesa da Sociedade Salesiana, descrita na Conservatória do Registo Predial de Coruche sob o número 402/020805; -----

----- B) Prédio com a área de 3.797 m<sup>2</sup>, designado por parcela 2, pertencente à totalidade do artigo 5544, da freguesia de União das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra e concelho de Coruche, que não se encontra descrito na Conservatória do Registo Predial de Coruche. Este artigo encontra-se “encravado” no artigo rústico acima referido. Este prédio foi implantado no prédio rústico supra referido pela Agrotab - Empreendimentos Agro-Industriais, Ld.<sup>a</sup>. -----

----- C) Para além dos proprietários supracitados é também, parte interessada no presente processo, a “Casa Agrícola Cecílio, Lda.”, uma vez que é esta empresa que explora o prédio A, cujo contrato de arrendamento se junta. -----

----- D) Prédio com a 54.139 m<sup>2</sup>, que se encontra descrito na Conservatória do Registo Predial de Coruche sob o número 6324/20050111 da freguesia de Coruche e que se encontra inscrito na matriz sob o artigo 13 EEE-1, propriedade da “Casa Agrícola Cecílio, Lda.”. -----

----- No que concerne aos prédios constantes nas alíneas A) e B), a execução será efetuada pelo Município dado que os particulares pretendem a alienação do imóvel. No caso do prédio constante na alínea D), a execução será efetuada pelo proprietário do imóvel. -----

----- De referir que a exclusão da área do Plano do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

Sorraia só terá efeito após o pagamento do montante compensatório no valor de 521.826,34 € (valores de 2010), (vide informação de aprovação do Plano). -----

----- Do mesmo modo resulta do artigo 35.º do Regulamento do Plano de Pormenor que: -----

----- “Na área de sobreposição com o Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sorraia, as intervenções de urbanização, infraestruturação e edificação, só poderão ser aprovadas ou licenciadas após conclusão do processo de exclusão das áreas do AHVS, devendo esta ser concretizada para a totalidade da área em causa.”. -----

----- Daqui resulta que a execução do Plano apenas poderá vir a ocorrer após a desafetação da área do Aproveitamento Hidroagrícola. -----

----- No que concerne às áreas identificadas supra como A) e B), foi efetuado relatório por perito avaliador do Tribunal da Relação de Évora, que se junta. -----

----- Sobre este prédio incide um contrato de arrendamento, identificado em C), que se junta. Não existe acordo para a resolução do contrato de arrendamento. Relativamente a este direito foi também elaborado relatório que igualmente se junta. -----

----- Incidindo sobre o prédio um direito de preferência a favor da Santa Casa da Misericórdia de Coruche e bem assim um contrato de arrendamento, a celebração de qualquer escritura com vista à aquisição do imóvel por via do direito privado dependerá da verificação do não exercício da preferência por parte daquelas entidades. -----

----- Atendendo ao disposto no Código das Expropriações no seu artigo 9.º:-----

----- “1 - A resolução de requerer a declaração de utilidade pública da expropriação deve ser fundamentada, mencionando expressa e claramente: -----

----- a) A causa de utilidade pública a prosseguir e a norma habilitante; -----

----- b) Os bens a expropriar, os proprietários e demais interessados conhecidos; -----

----- c) A previsão do montante dos encargos a suportar com a expropriação; -----

----- d) O previsto em instrumento de gestão territorial para os imóveis a expropriar e para a zona da sua localização. -----

----- 2 - As parcelas a expropriar são identificadas através da menção das descrições e inscrições na Conservatória a que pertençam e das inscrições matriciais, se não estiverem omissas, ou de planta parcelar contendo as coordenadas dos pontos que definem os limites das áreas a expropriar, reportadas à rede geodésica, e, se houver planta cadastral, os limites do prédio, desde que situados a menos de 300 m dos limites da parcela, em escala correspondente à do cadastro geométrico da propriedade ou, na falta deste, em escala graficamente representada não inferior a 1:1000, nas zonas interiores dos perímetros urbanos, ou a 1:2000, nas exteriores. -----

----- 3 - Os proprietários e demais interessados conhecidos são identificados através do nome, firma, denominação, residência habitual ou sede. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

----- 4 - A previsão dos encargos com a expropriação tem por base a quantia que for determinada previamente em avaliação, documentada por relatório, efetuada por perito da lista oficial, da livre escolha da entidade interessada na expropriação. -----

----- 5 - A resolução a que se refere o n.º 1 anterior é notificada ao expropriado e aos demais interessados, cuja morada seja conhecida, mediante carta ou ofício registado com aviso de receção.”-----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Três por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: A proposta que vem a esta Assembleia é para a aquisição da parcela de terreno destinada à execução do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Monte da Barca - Norte e consequentemente do Parque Empresarial do Sorraia. -----

----- Finalmente ficaram reunidas as condições para se negociar com o proprietário do terreno, estamos a falar da Província Portuguesa de Salesianos do Estoril. É um processo que já decorre a algum tempo. -----

----- A Câmara para ver aprovado aquilo que é o estudo de impacto ambiental para aquela área tinha de executar um Plano de Pormenor que envolve também outras entidades, a empresa Mundialroz e a Casa Agrícola Cecílio, Lda., portanto, abrange toda aquela área do Parque Empresarial do Sorraia e a atual Zona Industrial do Monte da Barca. -----

----- Como os Senhores Deputados se recordarão veio à Assembleia Municipal um pedido de empréstimo para a aquisição deste terreno, o qual foi aprovado. Face o tempo decorrido e o atual momento, desistimos desse empréstimo, não se justificaria em termos financeiros estarmos a re-meter novamente para o Tribunal de Contas o pedido de empréstimo quando a Câmara tem disponibilidade financeira para fazer a aquisição do terreno. -----

----- Em 2014, a Câmara retomou o processo, no sentido de iniciar as negociações com os Salesianos com vista à aquisição da parcela de terreno. Na altura, percebi que o novo administrador mostrou vontade de não realizar o negócio, mas foi dizendo que havia vontade por parte dos Salesianos de honrar o compromisso inicial e então apresentou uma contra proposta, mas com valores completamente absurdos. -----

----- Mandaram fazer uma avaliação a um perito, que apontava para a venda dos 47 ha de terreno, o valor de 1 milhão e 200 mil euros. Obviamente que, não concordámos com esse valor, era muito exagerado para a parcela de terreno em causa e tentámos negociar apresentando outra proposta. O acordo veio a verificar-se, sendo o valor fixado na ordem dos 700 mil euros. A avaliação que tínhamos por parte da perita, apontando para essa ordem de grandeza. Foi este o valor negocial que conseguimos chegar com os Salesianos. -----

----- Neste negócio está também prevista a expropriação de uma área de 3.797 m<sup>2</sup>, que tem a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

ver com umas construções que são da Agrotab, antigos secadores de tabaco que foram construídos depois do 25 de Abril pelo Estado, cuja participação à matriz daquelas construções e o registo está averbado nas Finanças em nome da Tabaqueira. -----

----- Depois de várias reuniões entre a Câmara e a Tabaqueira, verbalmente foi cedido à Câmara as instalações e o espaço, assim como cederam também as instalações existentes no Couço, mas aí a situação é diferente porque o terreno tinha sido registado a favor do Estado e então esse registo passou para a Câmara. Da parte da Tabaqueira não há qualquer oposição e logo que essa situação esteja resolvida vão solicitar à Câmara que certifique que aquelas construções estão em reúna e depois pedem a sua anulação nas Finanças, só eles é que têm legitimidade para o fazer. Significa dizer que, provavelmente, o valor da indemnização proposto pela perita, não terá de produzir efeito, porque até lá esta questão será resolvida. -----

----- Há outra situação que tem a ver com um prédio, com a área de 54.139 m<sup>2</sup>, a favor da Casa Agrícola Cecílio, Lda., que entrou no Plano de Pormenor para se fazer a regularização da situação, pois não estava dentro da atual Zona Industrial, à semelhança do que fizemos com a Municipalizar. Trata-se de um terreno adquirido particularmente pelo Senhor Cecílio. -----

----- Há ainda outra questão que tem a ver com um contrato de arrendamento entre a Casa Agrícola Cecílio, Lda e os Salesianos. Numa primeira avaliação feita pela nossa perita não havia conhecimento do teor deste contrato, não se sabia se o contrato previa alguma indemnização no caso do seu término ou da cessação. Depois numa avaliação autónoma é referido um valor mais favorável, porque se percebeu que o contrato de arrendamento é claro, não assiste qualquer direito ao rendeiro relativamente a benfeitorias ou outros melhoramentos que se possa fazer naquela parcela, uma vez que se trata de um arrendamento rural. -----

----- Na ótica do avaliador a indemnização que a Casa Agrícola Cecílio, Lda. terá direito é em função da expectativa de rendimento pelos três anos da exploração, porque este contrato que existe entre a Casa Agrícola Cecílio, Lda. e os Salesianos é um contrato a vinte anos e tem o seu término em março de 2019. A perita na avaliação que faz, e muito bem, diz que no ano de 2019 não há qualquer dificuldade em relação à colheita da produção e também não haverá qualquer penalização uma vez que o contrato termina em março e a cultura do milho tem a sua época de sementeira entre março e abril e, como é lógico, no ano que termina o contrato já não se semeia, daí que o que está em causa são três anos de indemnização, na ordem de 10 mil euros por ano, que dá o somatório de 30.584,08 €. No entanto, não houve entendimento nas reuniões realizadas com os dois sócios da Casa Agrícola Cecílio, Lda. e o advogado da empresa, uma vez que os valores eram completamente díspares, dez vezes mais os valores propostos pela Câmara. Nesse sentido, hão-de ser notificados desta intenção da exploração. Se não concordarem com o valor irão reclamar e a situação arrastar-se-á, ou até poderão estar de acordo. Não sabemos o desfecho



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

desta situação. -----

----- O importante agora é a aquisição do prédio para que ainda este ano ou no início do próximo ano possamos dar início à construção da primeira fase das infraestruturas, uma vez que já temos o projeto do Parque Empresarial. Logo que o Tribunal de Contas vise esta aquisição, a nossa intenção é lançarmos o procedimento concursal da primeira fase das infraestruturas. -----

----- Parece-nos que temos de ter aqui uma gestão cautelosa, seria um pouco lunático se a perspectiva fosse construir as infraestruturas nos 47 ha. -----

----- Há a procura manifestada por parte de algumas empresas para se localizarem neste eixo rodoviário, mas uma coisa é termos 20 ha disponíveis e outra coisa é termos 47 ha e em termos de infraestruturas é completamente diferente. A perspectiva é irmos disponibilizando lotes para localização empresarial em função da procura. -----

----- Não consigo, enquanto Presidente da Câmara, dar a garantia que quando tivermos a primeira fase, temos 50 empresas para se instalarem, mas uma coisa eu consigo garantir, se não tivermos o Parque Empresarial, não temos com toda a certeza nenhuma empresa. -----

----- Podem perguntar porque é que não esperar por a resolução de algumas das questões e depois avançar. Os Municípios também são competitivos entre si. A nível da região sul, se pensarmos em Salvaterra de Magos, Benavente e Almeirim, existe disponibilidade em termos de áreas empresariais e claramente que nos roubará a possibilidade das empresas se localizarem no nosso concelho, se não formos os primeiros a ter essa disponibilidade. Mas, concerteza que seremos os primeiros a ver essas empresas localizadas no nosso concelho. -----

----- Para nós é fundamental a criação de emprego, o desenvolvimento económico, a ação social, as atividades que podemos ter as pessoas para que se possam fixar no nosso concelho e até mesmo para o aumento da taxa da natalidade, porque sabemos se as famílias tiverem disponibilidade financeira, terão outro arrojo ou poderão ter mais que um filho. -----

----- A questão do emprego é em primeiro lugar fundamental para nós, exatamente por isso esta aposta tão forte na aquisição deste terreno e no desenvolvimento do Parque Empresarial. O tempo passa muito rápido e se não pressionarmos para andarmos à frente, não conseguimos dar condições aos desempregados do nosso concelho ou a outros que venham de fora. -----

----- Face à obrigatoriedade que existe do pagamento de uma taxa, no valor de 522 mil euros, à Direção Regional da Agricultura, pela desafetação de 29 ha de terreno, por estar integrado no Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sorraia. Já tivemos reuniões com a Direção Regional da Agricultura e com o Secretário de Estado e não há possibilidade de alterar a lei, está vinculado na lei essa obrigatoriedade sempre que os solos mudem de uso. -----

----- No mail enviado ao Secretário de Estado demos dois exemplos onde tal foi possível, nomeadamente na Unidade de Cuidados Continuados do Monte da Barca e na Igreja da Azervadi-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

nha. Na resposta diz claramente que estas duas situações foram uma mera autorização, ainda que não esteja previsto na lei, e são áreas completamente diferentes que foram desafetadas, de 1.600 ha para Unidade de Cuidados Continuados do Monte da Barca e em relação à Igreja da Azervadinha não há conhecimento que esteja em domínio hidroagrícola. -----

----- Podemos até discordar da forma, mas uma coisa concordaremos todos que este investimento e esta intenção é fundamental para o nosso concelho. O desafio que fiz na Câmara Municipal e que foi aceite por todos os Senhores Vereadores, foi no sentido de solicitarmos uma reunião com todas as forças políticas representadas na Câmara, de forma a criar alguma exceção à aplicação desta taxa, isto é, excecionarmos em função daquilo que são as condições do nosso país, para que no nosso concelho possamos criarmos o tal desenvolvimento, o tal emprego e melhores condições de vida para as pessoas. -----

----- O que perdemos em termos agrícolas tem muito pouco valor relativamente ao que podemos ganhar em termos económicos, por isso é fundamental haver essa informação. Parece-nos que isto só se consegue se esta situação for aceite em termos políticos por todas as forças políticas. Já foi solicitada essa reunião e já houve uma força política, o PSD, que respondeu estar disponível. Quanto ao PS e à CDU, ainda não responderam a esse apelo. -----

----- Também estamos a aguardar uma reunião provida pela Senhora Presidente da República com os Grupos Parlamentares que têm a responsabilidade sobre o desenvolvimento económico, para apresentarmos de forma clara e aberta aquilo que é a nossa preocupação, que é um encargo subjacente sobre uma obra que está paga e mais que paga, num terreno que nunca utilizou a água do canal de rega para regar o que é que seja. É uma injustiça, na minha ótica, o Estado pagar uma taxa ao próprio Estado, a Câmara ter de pagar à Direção Regional da Agricultura. -----

----- Em última circunstância, se não conseguirmos que haja alguma alteração, de forma a que o Plano de Pormenor tenha eficácia, vou propor que esta taxa seja paga a 20 anos ou a 10 anos. Este encargo, numa fase inicial, é brutal para a situação sócio económica do nosso Município. ---

----- Quando se diz que há procura no nosso concelho ou que estamos em contra ciclo em relação a algumas situações é absolutamente verdade. A prova disso é que, neste ano e meio, vendemos 10 lotes na Zona Industrial do Monte da Barca, a qual está preenchida a 98%. Temos apenas 3 lotes disponíveis, mas são lotes com 500 metros, mais vocacionados para serviços do que propriamente para indústria ou outro tipo de atividade. -----

----- Temos tipo procura por parte de uma empresa de laticínios, de uma empresa ligada à armazenagem de frios agroalimentares e de uma empresa Norte Americana que pretende fazer um investimento nesta região, que precisa de cerca de 32 ha com a possibilidade da criação de 225 postos de trabalho. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Vou procurar contextualizar a minha intervenção, colocando algumas questões, sendo certo que qualquer que seja a nossa posição não inviabilizamos esta proposta, pois o PS tem maioria aprovará sempre o que entender. -----

----- Em 2008, no Governo do então Primeiro Ministro José Sócrates, foi decidida a alteração do aeroporto da Ota para Alcochete. -----

----- Houve gente que ganhou muito dinheiro e gente que perdeu muito dinheiro na Ota. Fizeram-se muitos estudos, constituíram-se lóbis, etc. Depois a euforia que tinha acontecido na Ota passou-se para o lado de Alcochete.-----

----- Todos nos recordamos que um Boletim Municipal aparece com esta capa “Aeroporto a 6 Km” e também foi quando o Augusto Mateus e a sua equipa elaborou o Plano de Desenvolvimento Estratégico Coruche 2020. -----

----- Houve algumas pessoas que compararam lotes e que se viram à rasca para os vender, nomeadamente nos Foros de Almada e em Santo Estêvão, porque à volta os terrenos subiram brutalmente.-----

----- Em Coruche também de repente o aeroporto passou a ser a solução para todos os nossos problemas. Anunciou um loteamento na Agolada de Cima e ainda a realização do corredor do IC 10 e do IC 13 e o traçado da nova travessia do Vale do Sorraia, investimentos prometidos pelo Governo socialista. Recordam-se, mas, até hoje, nada avançou.-----

----- Se o aeroporto fosse para Alcochete, claro que tinha um impacto positivo no concelho, na região e naturalmente ajudava ao desenvolvimento, é uma questão óbvia e é indiscutível. -----

----- Se bem nos recordamos, em 27 de junho de 2008, foi deliberado na Assembleia Municipal, com base numa proposta, autorizar a Câmara Municipal a fazer um empréstimo de 624 mil euros, para a aquisição de 48 ha de terreno aos Salesianos. Temos presente que o perito avaliador até se enganou, por causa do problema da aveia, ou seja, o terreno valia os 624 mil euros porque sendo uma zona de sequeiro era possível cultivar aveia numa produção de 20.000 kg por hectare. Nós, até fizemos uma declaração, está em ata, que achávamos que o terreno foi avaliado por 126 mil euros a mais. -----

----- Hoje, o terreno está avaliado em 700 mil euros, oito anos depois, com esta conjuntura.-----

----- Na altura, até se chegou a falar de uma plataforma na Fajarda e no Biscainho, um terreno para logística ao aeroporto, e o que vai trazer o TGV, com a plataforma logística no Poceirão, com o ramal do Setil. Também a Câmara Municipal teve aquela ideia brilhante de ativar o comboio para Lisboa e ainda promover a telenovela, foi tudo na maior. -----

----- A questão que eu coloco é que devia haver alguma ponderação. -----

----- Sendo indiscutível se conseguirmos instalar cá empresas isso é ótimo, mas, como nós,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

outros concelhos à volta também têm terrenos disponíveis, que eu conheço e que o Senhor Presidente da Câmara também conhecerá loteamentos industriais. O problema não passa por termos terrenos disponíveis. É preciso avaliar qual é a situação da economia, qual é a perspetiva de desenvolvimento e qual é a perspetiva como as coisas vão evoluir.-----

----- Creio que é necessário fazer aqui alguma ponderação, porque estamos a falar de um investimento muito vultuoso, estamos em 2015 com uma conjuntura europeia como os senhores conhecem, apesar do Governo dizer que o país está a crescer, que baixa o desemprego e que estamos a aumentar as exportações. É tudo uma maravilha, mas a gente vê que este discurso não pega com a realidade.-----

----- Acho que devia haver um estudo sobre o que é espetável construir em termos de infraestruturas. Estamos a falar de um investimento que ronda os 6 milhões de euros, ainda que se diga que o vamos fazer de forma faseada.-----

----- Creio que valia a pena estudar bem o problema, fazer mais consultas e ver se é ou não possível desbloquear a questão do pagamento da taxa de 522 mil euros referente à desafetação do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sorraia, para não falar também em relação às outras situações, são trocos, mas é dinheiro. Parece-me que a situação devia ser ponderada, até porque acho que é uma questão fundamental e que tem de ir a par deste investimento. -----

----- Não pude estar na inauguração da FICOR 2015, mas li a intervenção que o Senhor Presidente da Câmara fez perante a Senhora Ministra da Agricultura, em que disse que Coruche precisava de resolver o problema da Ponte de Santa Justa e da nova travessia do Vale do Sorraia (sublinho e acompanho essas preocupações) e ainda manifestou a preocupação que se perspetiva para 2017, da DAI voltar a laborar a beterraba sacarina. Não sei como vai ser a travessia das sete pontes. A nova travessia do Vale do Sorraia fica para quando? Quais as perspetivas que temos? Qual é a grande empresa que investe sem ter as acessibilidades devidamente em condições? Então o traçado do IC 10 e do IC 13 quando é que arranca? Que perspetivas é que existem? Creio que tem de haver alguma informação e alguns compromissos porque há um conjunto de questões que têm de ser vistas de uma forma integrada.-----

----- Sabemos que muitos investimentos de 2008 para cá, caíram, como aqueles megalómanos de Sócrates e também alguns investimentos em muitos Municípios. A dinâmica era outra, os recursos eram outros. Creio que é arriscado decidir, são 6 milhões de euros de grosso modo.-----

----- Sabemos que no Porto Alto o que não falta lá são lotes disponíveis, certo que, são privados, mas também há municipais, bem como 10.000 metros de terreno, ao pé do caminho de ferro, em Muge, que a Presidente da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos comprou nas vésperas das eleições em que ela foi candidata. -----

----- Há de facto uma crise, há de facto problemas no investimento no país, mas esta situação



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

das infraestruturas e acessos da nova travessia do Vale do Sorraia e do IC 10 e IC 13 não é uma questão despiciente. -----

----- É importante continuar as negociações no sentido de saber se há boas vontades em relação à Câmara Municipal, e como o Senhor Presidente disse e muito bem, de uma entidade pública do Estado ter de pagar meio milhão de euros a outra entidade pública do Estado. -----

----- O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Não percebi bem o Deputado Armando Rodrigues, mas ele ainda não estava cá, não sabe como começou a Zona Industrial do Monte da Barca. Também não havia perspectivas nenhuma quando as obras começaram, foi no tempo do Presidente Carlos Gomes, que, de facto, se empenhou na instalação da Zona Industrial naquele local e a Câmara depois construiu vários armazéns para arrendar às empresas. Na altura, não havia muitas empresas, e até havia contradição dos senhores da terra que não queriam que se fixasse aqui indústria para terem a mão de obra mais barata. -----

----- Se calhar sou o autarca mais velho que estou aqui e que estive no executivo no tempo do Carlos Gomes. Foi um trabalho bem feito com o Carlos Gomes, ele era da CDU, tudo bem, mas tinha perspectivas. Por exemplo, em relação ao complexo desportivo, fez ali o pavilhão desportivo e tinha a ideia de aumentar a sua área dentro da vila de Coruche. Mas aquele Senhor Brandão, que não era de Coruche, pensou de maneira diferente, criou uma situação com o campo de futebol ao pé da Erra e também à pressa entregou a construção das piscinas lá em cima. Isto servia para quem? Por diante, os pais não tinham condições para levar os filhos. -----

----- Quem conhece aquele aeroporto como eu conheço, sabe que está atrofiado, não tem condições, está limitado em termos de voos. Temos de dar o salto e que o novo aeroporto vá para Alcochete. -----

----- Hoje, com uma Câmara Municipal socialista, sinto-me satisfeito, é de facto pensar no futuro, pensar no amanhã, com a instalação do Parque Empresarial é possível a criação de emprego, o que é muito importante para os jovens se fixarem no nosso concelho. -----

----- O Deputado Municipal Valter Jerónimo referiu: O Grupo Municipal da CDU considera importante este investimento na Zona Industrial do Monte da Barca para o desenvolvimento económico e social do concelho. Mas, apesar deste importante projeto, com um investimento previsto na ordem dos 6 milhões de euros, é necessário que exista um estudo de viabilidade económica para nos ajudar na tomada desta decisão. -----

----- Não sabemos o que se vai passar no futuro, mas se tivermos um estudo que nos ajude, ninguém nos pode acusar que tomamos uma decisão não fundamentada e sem qualquer estudo prévio que indicasse uma viabilidade económica. -----

----- A nossa proposta passa por se adjudicar um estudo prévio de viabilidade económica em relação a este projeto e que numa próxima sessão se possa discutir o mesmo. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

----- O Deputado Municipal Joaquim Serrão referiu: A minha intervenção quase não se justificaria depois dos considerandos do meu companheiro de bancada Joaquim Banha. No entanto, há duas ou três questões que me aprez realçar.-----

----- Uma delas é manifestar a minha opinião quanto à compra deste terreno e a outra manifestar a posição da bancada do PS favorável à compra deste espaço. A nossa opinião é favorável devido a vários fatores.-----

----- A localização por excelência daquele projeto de ampliação da Zona Industrial do Monte da Barca, conhecido por todos, tanto mais que aquele terreno tem sido muito “cobiçado” por várias empresas.-----

----- Este terreno atualmente é utilizado para a agricultura e com alta capacidade de produtividade, praticamente todas as culturas são possíveis, à exceção do arroz.-----

----- A localização em termos de acessos é interessante, é normal que existam empresas ligadas à agricultura e outras que estejam interessadas na compra daquele espaço. Sei de três empresas que, ao longo destes 10 anos, já manifestaram interesse na compra daquele espaço e algumas delas dizendo que seria mais fácil depois negociar com a Câmara Municipal. É claro que são argumentos de negócio, penso eu, e não me engano concerteza.-----

----- Há uma outra questão que também quero salientar, tem a ver com o que já referiu o Senhor Presidente da Câmara, que é a retirada de parcelas de uso agrícola para outros usos. Segundo a lei, a Câmara tem de pagar uma taxa elevadíssima que, ao fim de contas, passa de um órgão do Estado para outro órgão do Estado. Considero isso, permitem-me a frontalidade, quase como o pagamento de uma multa, só porque a Câmara Municipal quer investir e aumentar de certa forma a competitividade no nosso concelho, para combater o desemprego, para criar postos de trabalho e promover o desenvolvimento do nosso concelho.-----

----- Se repararmos todos os partidos políticos representados na Assembleia da República, nomeadamente os cinco principais, são favoráveis ao combate do desemprego, ora, à criação da Zona Industrial do Monte da Barca. Se têm como objetivo combater o desemprego, logo há aqui uma contradição entre a lei que se pratica e aquilo que são os ideais políticos dos intervenientes da Assembleia da República.-----

----- Penso que seria de manter a luta para tentar que a lei seja alterada nesta matéria. O Senhor Presidente da Câmara já fez alguns esforços nesse sentido e penso que seria de continuar a tentar junto dos vários Grupos Parlamentares que se pudesse alterar a lei de modo a não penalizar este investimento da autarquia de Coruche.-----

----- Foram citados dois casos em que essa penalização não se aplicou. No entanto, há casos, por exemplo, quando passamos nas principais vias de comunicação deste concelho podemos observar alguns terrenos no Vale do Sorraia que foram retirados da agricultura e que estão a ser uti-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

lizados como floresta e que não houve penalização com o pagamento de taxas. Não vejo grande diferença nestas alterações, da retirada de terrenos agrícolas para floresta e para outras atividades que vão enriquecer o concelho, através do combate ao desemprego e na promoção do desenvolvimento industrial. -----

----- Falou-se no processo ser acompanhado de um estudo de viabilidade. Foram aqui focados o IC 10, o IC 13 e o aeroporto. É claro que se ficarmos à espera da construção destes investimentos, não sabemos quanto tempo é que ficamos à espera. Por vezes, perde-se a oportunidade de fazer determinado negócio que nos afigura razoável e que depois a longa distância não o podemos efetuar. -----

----- Compreendo a oposição, de certa forma tem de inviabilizar os contratos, os trabalhos e o desenvolvimento do executivo. Contudo, tem de permitir que se corra um risco, senão em política nunca vamos a lado nenhum. -----

----- É bom recordar que a oposição foi contra a aquisição da rodoviária antiga, é contra a compra do terreno do court de ténis, é contra a aquisição do prédio em construção no Largo Porto João Ferreira, foi contra a aquisição dos terrenos para o Estádio Municipal. Portanto, se o executivo fosse atrás da oposição, estaria ainda no ponto zero, não teria evoluído ao longo destes últimos anos e não se teria feito nada neste concelho. Entendo que, é de aproveitar as oportunidades que temos no aspeto financeiro ou de negociação. -----

----- A Câmara pretende comprar este terreno e eu acho que é um investimento bomba, mas, parece que os Salesianos não querem vender. Quando uma entidade quer comprar e outra não está disponível para vender ou não precisa de vender, as negociações têm de ser feitas com grande capacidade e inteligência. -----

----- O Município precisa daquele terreno para poder desenvolver e ampliar o seu espaço industrial, daí não pode ficar à espera de estudos de viabilidade, senão nunca mais conseguimos desenvolver este negócio, nem se calhar daqui por 20 anos. -----

----- O Presidente da Assembleia referiu: Começo por dizer que este desejo, este projeto da Câmara Municipal socialista já vem desde 2001/2002, ou seja, se formos ver o programa eleitoral, da altura, está lá plasmado a criação de um Parque de Negócios, de acordo como estava definido pelo Nersant. -----

----- A situação não foi fácil. A primeira tentativa foi com a Santa Casa da Misericórdia, mas as negociações foram infrutíferas. -----

----- Em 2007/2008, com o então Presidente Dionísio Mendes, houve vontade para negociar com os Salesianos esta parcela de terreno. -----

----- Hoje, temos aqui para discussão e aprovação a aquisição dessa ampliação. -----

----- A primeira coisa que me ressalta é que peca por tardia, devia ter sido mais cedo, mas foi



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

o possível. Estas coisas das negociações, como o Deputado Joaquim Serrão dizia, quando não há muita vontade em vender, as coisas não são fáceis. Portanto, as negociações com a Sociedade dos Salesianos duram praticamente há 7 anos. Foram negociações duras, com avanços e recuos, mas houve sempre uma persistência muito grande dos Presidentes envolvidos nesta negociação. -

----- Também se nota que houve uma abertura dos proprietários, perceberam que não podiam ser uma resistência ao negócio e uma resistência ao desenvolvimento económico de Coruche. ----

----- Chegou-se a bom porto. As duas partes envolvidas, uma acabou por subir ligeiramente a parada e a outra descer muito a parada, tendo sido acordado o valor que foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Diria que demos o primeiro passo para uma estratégia que está bem definida e a caminho daquilo que deve ser a iniciativa municipal, a captação de empresas para se instalarem no nosso concelho. -----

----- Só a criação de emprego trava o abandono do território. -----

----- Só a criação de emprego fixa as populações. -----

----- Contudo, com esta aquisição, há que criar instrumentos de gestão para que a nova Zona Industrial seja um caso de sucesso, porque é isso que todos nós queremos e, certamente, será isso que vai acontecer. -----

----- Temos de ser competitivos e agressivos na busca das oportunidades e quando elas surgirem tudo fazer para que se transformem em realidade e não perdê-las, como já perdemos algumas por falta de área e por falta de espaço para instalação de empresas. Se não formos nós a aproveitar essas intenções de manifestação do interesse das empresas, outros as irão aproveitar e nós vamos perdê-las, não tenhamos dúvidas disso. -----

----- Para concluir, direi que o Município de Coruche está de parabéns, estão também os coruchenses, mas fundamentalmente, e essa referência tem de ser feita, o Senhor Presidente da Câmara, que conduziu e fechou estas negociações, porque não é fácil, foi difícil esse mérito. Os parabéns do Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **De seguida, o Presidente da Assembleia solicitou autorização para a continuação dos trabalhos, pelas zero horas e dez minutos.** -----

----- **A Assembleia autorizou a continuação dos trabalhos.** -----

----- O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Relativamente à atividade do Município, não temos cem por cento a certeza de coisa nenhuma e temos sempre muitas dúvidas, mas temos de ter esta capacidade de arrojo, a capacidade de correr algum risco e não podemos ser muito contidos naquilo que é a promoção, a projeção dos domínios económicos, porque claramente somos penalizados. -

----- Quanto ao estudo económico, como vocês dizem, por vezes, é aquilo que nós quisermos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

ou é aquilo que a empresa de consultoria fizer em função daquilo que é mandado fazer. Essas coisas valem o que valem. -----

----- Podíamos esperar mais seis meses para tentar perceber se na Assembleia da República tínhamos condições para alterar a lei, para não pagarmos a taxa de 522 mil euros. Mas as coisas têm um tempo para acontecer e, como foi aqui bem dito, por alguém de vós, se não fizermos as coisas no tempo próprio, o tempo passa e depois outros o farão em vez de nós. -----

----- Foi aqui dita uma observação que acho muito interessante, ou seja, se esta negociação tivesse sido possível há mais tempo, provavelmente, estaríamos a discutir que tipo de empresas ou que tipo de regulamento queremos naquele local e que não teríamos no nosso concelho o nível de desemprego e as dificuldades em termos do aumento de emprego precário. -----

----- O Presidente da Câmara não consegue ser visionário para projetar o futuro e o número de empresas que se irão instalar. Mas uma coisa lhes posso garantir, que o regulamento irá prever empresas que criem postos de trabalho, não será para armazéns ou outra logística, só porque alguns têm disponibilidade para comprar lotes. Terá de prever a definição de critérios para as empresas poderem aceder de lotes a custos mais vantajosos. -----

----- Em termos de sustentabilidade económica, eu viria com muita dificuldade, face aos encargos que estão subjacentes a todo este processo, que alguém visse aqui alguma sustentabilidade económica a 100 anos. Vejamos, o valor da aquisição do terreno, mais os encargos com a infraestruturação e o valor de venda dos lotes que é praticado, quando é que se conseguiria recuperar o valor deste investimento. No entanto, essa não é a missão dos Municípios, isto é, temos de chegar a alguma sustentabilidade financeira, a missão dos Municípios é criar a disponibilidade para o investimento privado, é criar a disponibilidade para que as empresas possam ter condições de se instalarem. Como o Deputado Joaquim Banha referiu, que a Câmara Municipal quando criou a Zona Industrial fez os armazéns e alugou-os, numa outra visão, numa outra época. Hoje, as coisas estão claramente diferentes. Não vamos fazer um parque tecnológico, vamos fazer um parque empresarial, cumprindo aquilo que são as necessidades básicas em termos de infraestruturação para instalação das empresas. -----

----- Parece-me que, se formos comedidos naquilo que tem a ver com as infraestruturas que têm o custo mais elevado, se o fizermos de forma progressiva, se conseguirmos regular a instalação de empresas, corremos o risco de ter muito sucesso, face àquilo que é a localização em termos de eixo rodoviário, ainda que, com algumas lacunas, como já foram aqui referidas em termos da travessia do Vale do Sorraia. -----

----- Também reconheço, apesar das pastinhas que entreguei à Senhora Ministra da Agricultura, sobre a Ponte de Santa Justa, os fornos de carvão e a nova travessia do Vale do Sorraia, que não é tempo de exigirmos as grandes obras a este ou qualquer outro Governo. Se em tempos po-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

díamos projetar a construção do IC 10 e do IC 13 e nós de ligação, etc., hoje, parece-me que temos de ser mais comedidos naquilo que é a projeção da obra pública, porque as condições económicas do nosso país não permitirão esse tipo de investimentos. -----

----- Relativamente à construção do aeroporto, tenho outra opinião, ainda que não seja favorável à privatização da TAP, tenho a ideia que esta parceria privada poderá potenciar a localização do aeroporto em Alcochete. Tenho essa esperança, porque já vimos que havia grupos privados que assumiriam o risco do custo da construção do aeroporto e depois o seu arrendamento à TAP, isto é, como fazem as grandes empresas como o Intermarché, o Continente, não constroem o edifício, é uma imobiliária que constrói o edifício e depois aluga a infraestrutura a essas grandes empresas. Ouvi dizer, não tomem isto como verdade.-----

----- Queria congratular-me com a posição aqui manifestada por alguns de vós, estamos a falar de dinheiros públicos, temos de ter essa preocupação, porque está subjacente naquilo que são depois as resoluções que vamos fazer.-----

----- Foi referido que o Presidente da Câmara quer comprar tudo. O Presidente da Câmara não quer comprar tudo, mas comprar aquilo que faz falta.-----

----- Se olharmos para a E.B.2.3, existe aquela nódoa negra, aquele enclave que está muito mal em termos estéticos e de condições de acessibilidade para alunos, encarregados de educação, professores e auxiliares de educação. Estamos em negociação com a proprietária do terreno adjacente para o adquirir e criar ali uma nova entrada com condições de segurança e de acessibilidade. No entanto, estamos num impasse. A proprietária tem o terreno registado, o qual está avaliado nas Finanças em 98 mil euros, com potencial construtivo e, a Câmara, tem uma avaliação que mandou fazer a uma perita que diz que o terreno vale 40 mil euros. A proprietária diz que não faz negócio com a Câmara, porque tem de pagar mais valias sobre o valor que está declarado nas Finanças e não sobre o valor de venda do terreno. Sendo o terreno fundamental para regularizarmos as acessibilidades à E.B.2.3, provavelmente, vamos ter de ir por uma situação litigiosa. --

----- As negociações que vão para discussão em Tribunal, sem sempre são grande sucesso. ----

----- Imaginem que esta situação da Zona Industrial, não era acordada com os Salesianos do Estoril e nós íamos para uma expropriação litigiosa e depois o Tribunal valorizava o terreno em função do potencial construtivo, em quanto é que isto não ia ficar. -----

----- Outro exemplo, o Quartel dos Bombeiros, a obra já está feita, mas não se sabe quem é que vai pagar a fatura em relação ao valor do terreno. De acordo com a avaliação do perito, o prédio estava avaliado em solo para outros fins e a peritagem da arbitragem atribuiu o valor de 33.920 €. Não houve acordo por parte do proprietário. Depois houve uma nova peritagem ao terreno, com peritos nomeados pela Câmara, pelo proprietário e pelo Tribunal, em que fixaram a expropriação do terreno em 228 mil euros. O Tribunal decretou na primeira sentença o valor de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

163 mil euros e apto para construção, porque o Quartel dos Bombeiros já estava construído e custou 700 mil euros. A Câmara não concordou e foi para o Tribunal da Relação, o qual disse que não era 160 mil euros mas os 228 mil euros atribuídos pela arbitragem. Nós vamos para o Supremo, para o Europeu, todos os lados possíveis e os netos do proprietário hão-de receber o dinheiro. -----

----- Estas situações são o exemplo do risco que se corre quando se vai para o litigioso. Não há jurisprudência sobre estas matérias e é muito em função do critério do juiz que dá o despacho em função dos critérios dos avaliadores. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Três. -----

----- Considerando o teor da deliberação da Câmara Municipal de 17 de junho de 2015, a Assembleia deliberou, por maioria, com vinte votos a favor (dezassete do PS e três do PSD) e sete abstenções da CDU: -----

----- Autorizar a expropriação determinada na reunião ordinária da Câmara Municipal supra mencionada. -----

----- Nos termos do disposto no artigo 24.º, n.º 1, i) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a aquisição do direito de propriedade do seguinte imóvel: -----

----- Prédio com a área de 477.218 m<sup>2</sup>, designado por parcela 1, pertencente ao atual artigo rústico 17, da Secção EEE, com a área de 373.991 ha (não atualizada na CRP), pertencente à freguesia de União das Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra, concelho de Coruche e propriedade da Província Portuguesa da Sociedade Salesiana, descrita na Conservatória do Registo Predial de Coruche sob o número 402/020805 com as seguintes confrontações: Norte: E.N.251; Sul: Prédio particular; Nascente: E.N.114; Poente: Província Portuguesa da Sociedade Salesiana, pelo valor de 700.000 € (setecentos mil euros). -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues apresentou a seguinte declaração de voto:-----

----- “A razão do nosso voto de abstenção, prende-se com esta ideia que isto não pode ser uma sangria desatada e que deveria haver uma ponderação e ser feito um estudo de viabilidade económico, que nos permitisse discutir com mais segurança esta proposta. -----

----- O que se exige aos eleitos que têm de administrar os dinheiros públicos é que haja responsabilidade nessa gestão. -----

----- A talho de foice, em relação ao edifício sito na Rua Júlio Maria de Sousa, é um negócio para os bancos, porque o terreno estava hipotecado, não é um bom negócio para a Câmara Municipal.” -----

----- **PONTO QUATRO - ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012 - DECLARAÇÕES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E PAGAMENTOS EM ATRASO REGISTADOS NA**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

**BASE DE DADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014:-** Foi presente o ofício n.º 4047, de 18 de junho de 2015, da Câmara Municipal de Coruche, anexando as declarações de compromissos plurianuais e pagamentos em atraso registados na base de dados em 31 de dezembro de 2014, conforme sua deliberação de 17 de junho de 2015, as quais ficam a fazer parte integrante da presente ata.-----

----- O Presidente da Assembleia salientou que o Ponto Quatro é apenas para conhecimento da Assembleia Municipal. Solicitou uma introdução ao assunto por parte do Presidente da Câmara. -

----- O Presidente da Câmara referiu: Tem a ver com aquilo que são os compromissos plurianuais e pagamentos em atraso registados na base de dados em 31 de dezembro de 2014.-----

----- Considerando que a Lei n.º 22/2015 é de 17 de março, só agora foi possível dar esta informação.-----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: Gostava de perguntar se esta informação não devia ter sido prestada na sessão de Abril, aquando a apresentação da Prestação de Contas. Penso que, nesta altura, já não faz muito sentido. -----

----- O Presidente da Câmara salientou: Sim, deveria ter sido apresentada em abril essa informação, mas, tendo em conta que a Lei foi publicada a 17 de março e que a sua aplicação é trinta dias depois, não havia condições de a mesma ser presente na sessão de abril. -----

----- A Assembleia tomou conhecimento das declarações de compromissos plurianuais e pagamentos em atraso registados na base de dados em 31 de dezembro de 2014.-----

----- **PONTO CINCO - ARTIGO 15.º DA LEI N.º 8/2012 - DECLARAÇÕES DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014:-** Foi presente o ofício n.º 4046, de 18 de junho de 2015, da Câmara Municipal de Coruche, anexando as declarações de recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2014, conforme sua deliberação de 17 de junho de 2015, as quais ficam a fazer parte integrante da presente ata. -----

----- O Presidente da Assembleia salientou que o Ponto Cinco é também para conhecimento da Assembleia Municipal. Solicitou uma introdução ao assunto por parte do Presidente da Câmara. -

----- O Presidente da Câmara referiu: Trata-se de recebimentos em atraso referente a receitas fiscais, por exemplo, com a antiga contribuição autárquica, IMI e IMT e imposto de circulação, o somatório de todos os valores em atraso para pagamento nas Finanças e que não entraram na nossa contabilidade, porque são receitas das Finanças e que algumas são cobradas e outras vão para execução fiscal e que por vezes são reclamadas e nem sequer são pagas.-----

----- E também por parte da prestação de serviços pela Câmara em Mercados e Feiras, rendas de habitação social, publicidade, faturas de água que ainda não venceram, etc., estamos a falar de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

228 mil euros de pagamentos em atraso por parte de munícipes e entidades.-----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- Não houve por parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento.-----

----- A Assembleia tomou conhecimento das declarações de recebimentos em atraso em 31 de dezembro de 2014. -----

----- **PONTO SEIS - PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMI - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL E DESPORTIVA FAJARDENSE:-** Foi presente o ofício n.º 4045, de 18 de junho de 2015, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua reunião ordinária de 17 de junho de 2015, a qual fica a fazer parte integrante da presente ata.-----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Seis por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu: Trata-se de uma situação Senhores Deputados que se for do vosso conhecimento pode ser interessante e que foi despoletada pela Associação Recreativa, Cultural e Desportiva Fajardense, tendo em conta o seguinte facto: Até 2013 a Associação não tinha qualquer património registado e no âmbito de uma escritura de doação do terreno da sua área desportiva, isto é, uma doação antiga e que em 2013 foi feito o registo formal daquele terreno, o que levou a que a Associação ficasse com património.-----

----- Para efeitos de pagamento de IMI a Associação ficou aflita e pensou-se tratar do processo de utilidade pública, dado que com o Estatuto de Utilidade Pública as Associações ficam isentas do pagamento de IMI, de IVA e de outros impostos. -----

----- O código das isenções, relativamente ao IMI, prevê que esta situação possa ser isentada naquilo que são os benefícios fiscais (serve para o Fajardense e para outras associações que tenham património) e no Artigo 44.º, n.º 1, i), diz o seguinte: “As associações desportivas e as associações juvenis legalmente constituídas, quanto aos prédios ou parte de prédios destinados diretamente à realização dos seus fins.”-----

----- Claramente que aquela área de terreno que é pertença desta associação é para a atividade desportiva, cultural e recreativa direcionada aos seus fins. -----

----- Aprovámos na Câmara esta proposta e solicita-se que a Assembleia Municipal também a aprove. Nós não temos competência para isentar, aquilo que vamos fazer é propor essa isenção. Quem tem a competência para isentar é o Chefe de Finanças. Diz o Artigo 44.º, ponto 8: “Nos restantes casos previstos neste Artigo, a isenção é reconhecida pelo Chefe do Serviço de Finanças da área da situação do prédio, em requerimento devidamente documentado, que deve ser apresentado pelos sujeitos passivos no Serviço de Finanças da área da situação do prédio no pra-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

zo de 60 dias contados da verificação do facto determinante da isenção.”. -----

----- Há mais associações que têm património e que poderão ficar isentas. -----

----- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

----- De seguida passou a palavra aos Deputados Municipais. -----

----- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Seis.-----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade: -----

----- Reconhecer que o prédio inscrito na matriz sob o artigo 1915 da freguesia de União de Freguesias de Coruche, Fajarda e Erra, se destina ao desenvolvimento das atividades previstas no artigo 2.º dos Estatutos da Associação Recreativa, Cultural e Desportiva Fajardense. -----

----- Considerar que estão reunidos os pressupostos para a isenção de IMI, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **PONTO SETE - ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-** Foi presente o Relatório da Atividade e Situação Financeira do Município, no período compreendido entre 18 de abril e 17 de junho de 2015, o qual fica como anexo, fazendo parte integrante da presente ata.-----

----- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Relatório por parte do Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara destacou o seguinte: -----

----- Naquilo que tem a ver com os recursos humanos, que é sempre a nossa grande preocupação, ocorreu uma aposentação neste período, foram efetuados quatro pedidos de aposentação e a denúncia de um contrato de trabalho e ainda estão em preparação dois processos de pedidos de aposentação junto da Caixa Geral de Aposentação.-----

----- Estamos a selecionar os candidatos aos estágios PEPAL para as áreas de Engenharia Civil, Engenharia do Ambiente, Engenharia do Território, de Direito, de Gestão e de Desporto.-----

----- O procedimento para a Engenharia Florestal ficou deserto e entretanto foi lançado novo procedimento.-----

----- Vamos abrir um novo procedimento para mais um estágio emprego para turismo, visto haver esta disponibilidade, dado que houve Municípios que não concorreram, o que permitiu a que preenchêssemos essas vagas. Estão a decorrer ainda os estágios de emprego com seis estagiários: jurista, turismo, educação social e gestão de turismo, educação - química/ensino. -----

----- A Câmara tem integrado nos seus quadros de pessoal 43 beneficiários entre CEI e CEI+, nomeadamente, na área de educação, na área da higiene e limpeza e na área das obras. Estes processos não são fáceis, entrevistamos muitas pessoas, mas grande parte manifesta que não quer vir



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

trabalhar para a Câmara, pelas mais variadas ordens, e outras não têm competências básicas para fazer certos serviços.-----

----- Coruche Mais Social:-----

----- Programa Casas com Gente - assinatura de quatro contratos para o arrendamento e um contrato para aquisição de habitação; Abertura de novo concurso, publicado por Edital, de 23 de abril de 2015, que se encontra em fase de análise;-----

----- Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos - foram beneficiados 11 pedidos e estão em análise mais 11 pedidos;-----

----- Programa Municipal de Apoio à Melhoria do Conforto Habitacional - em fase de aprovação das listas finais;-----

----- Abertura de concurso para arrendamento de um fogo no Bairro da Liberdade, no Couço; -

----- Abertura de concurso para atribuição de Bolsas de Estudo;-----

----- Situação Financeira: a capacidade de endividamento de 3.368 mil euros. Uma dívida perfeitamente razoável;-----

----- Projetos e Obras:-----

----- Estrada de ligação Salgueirinha/Malhada Alta - Rua do Apiadeiro - obra concluída;-----

----- Repavimentação da Estrada Santa Justa/limite do concelho - investimento na ordem dos 206 mil euros;-----

----- Jardim de Infância de Santana do Mato - obra concluída. A intenção é fazer a inauguração deste espaço no início do próximo ano letivo. É este o princípio que queremos manter, a ligação de faixas etárias;-----

----- Recuperação do Ringue Polivalente de Santana do Mato - lançar a obra a concurso. Dado que a Escola agora ficou com menos espaço de recreio, vamos fazer esta obra, a qual serve de apoio à Escola e também no período noturno e no fim de semana para a população poder efetuar Torneios de Futebol de Salão e outras atividades que entendam;-----

----- Foram renovadas três candidaturas ao overbooking, ou seja, ao remanescente dos fundos comunitário Inalentejo: Largo Porto João Ferreira, Circular de Vale Mansos e Rua do Paúl, Rua do Limoeiro e Rua do Centro Social na Azervadinha. Ainda não se sabe se há dinheiro. No Inalentejo é dada preferência a obras que estejam concluídas até 30 de junho e que têm execução financeira. Se tivermos esta ajuda, significa que o investimento financeiro que fizemos nestas obras foi compartilhado a 85%, o que nos permite uma folga muito interessante.-----

----- Quanto ao Largo Porto João Ferreira é uma obra dentro da vila, é desagradável, mas o compromisso com o empreiteiro é até ao final de agosto. Contudo, gostaríamos que, a mesma estivesse concluída ainda antes.-----

----- Conservação de arruamentos no Retiro da Erra - estrada em abatimento por via de, na al-



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

tura, não ter sido possível negociar com o proprietário a cedência de uma faixa de terreno e depois com o inverno o piso foi abatendo. Foi dada a empreitada, pois não tínhamos condições de fazer a obra por administração direta;-----

----- Núcleo Museológico “Profissões Tradicionais e Património Agrícola” - já tem algum equipamento. Vamos ver se temos condições para efetuar a sua inauguração durante as Festas do Castelo. Encontra-se em fase de pintura exterior e recuperação do edifício;-----

----- Infraestruturação da Rua dos Moinhos de Vento no Casal dos Ossos o projeto está a ser feito pelo nosso Gabinete de Projetos. É preciso uma área de cedência por parte da família Teixeira, que já disponibilizou abertura total para se poder fazer o arruamento e alargar a rua. Vamos fazer a obra com o nosso dinheiro, porque para estradas de alcatrão já não é disponibilizada verba;-----

----- Requalificação da Avenida da Liberdade em Santana do Mato - 2.ª fase - obra que ascende a 103 mil euros. É cara que se farta, estamos a falar apenas em substituir as valetas em betão por tubagem para condução das águas pluviais;-----

----- Requalificação da E.N.251 em Montinhos dos Pegos - projeto concluído; -----

----- Ponte de Santa Justa - falei hoje com o Diretor de Estradas de Santarém sobre o pedido de vistoria técnica;-----

----- Intervenção nos Montinhos dos Pegos, de requalificação dos passeios na Rua das Flores, no sentido de criar áreas de circulação, porque as pessoas circulam praticamente dentro da Estrada Nacional e ainda melhorar toda a área de estacionamento na envolvente ao Campo de Futebol e ao Centro Social. Já negociamos com o proprietário a cedência de uma faixa de terreno. O processo está pendente, há três meses, depois de ter havido uma pré-aprovação pelas Estradas de Portugal, em Santarém; -----

----- Ampliação do Cemitério da Lamarosa - obra no valor de 117 mil euros e que já foi adjudicada ao empreiteiro;-----

----- Infraestruturação da Zona Industrial do Monte da Barca - os lotes estão fisicamente construídos, foram vendidos, mas falta fazer as infraestruturas. A obra foi colocada a concurso por cerca de 733 mil euros. Já foram apresentadas propostas, sendo uma delas significativamente mais baixa, na ordem dos 460 mil euros;-----

----- Hortas do Sorraia - a obra têm andado muito devagarinho. Apelo aos Senhores Deputados se conhecerem pessoas com a disponibilidade para a prática da agricultura. As hortas estão muito engraçadas em termos da sua disposição e tem um abrigo para guardar as ferramentas. É um facto que já lançamos o Edital por duas vezes e não aparece ninguém;-----

----- Fórum Educação e Ação Social - realizou-se no Museu Municipal e foi muito participado;-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

----- Sabores do Toiro Bravo - a iniciativa correu muito bem, foi uma das melhores, tendo a frequência de muitas pessoas, pelo que estamos de parabéns; -----

----- FICOR 2015 - com vertente cultural, expositiva e científica. Os cidadãos têm menos conhecimento da vertente científica mas é a mais importante. Os painéis temáticos direcionados para a discussão do montado são muito participados. Coloca-se a questão se faremos a feira anualmente ou de dois em dois anos. Acho que é um evento muito importante e que nos promove e nos distingue naquilo que é a nossa identidade e que tem a ver com o sobreiro e a cortiça. À volta outros Municípios tentam fazer este tipo de iniciativa, Ponte de Sôr e Vendas Novas, mas, parece que nós conseguimos primeiramente que os outros afirmar-nos nesta área. Se aliviarmos, outros passam à frente, porque existe essa competitividade entre os Municípios. Tem de haver aqui algumas cautelas. Este ano o tema foi “O Montado e o Regadio”; -----

----- Feira Nacional da Agricultura - o dia 10 de junho foi o dia do Município de Coruche e partilharam connosco o stand, parceiros em termos de etnografia, folclore, doçaria regional, gastronomia, vinhos, etc.; -----

----- Feira dos Vinhos Europeus e Enoturismo em Oeiras - no nosso stand esteve sempre um artesão com uma mostra do que se faz no concelho em cortiça; -----

----- Feira do Cavalo e do Toiro em Espanha - no nosso stand esteve presente um empresário do concelho no sentido de promover os picadeiros da nossa terra e a mostra das nossas tradições e da nossa cultura tauromáquica; -----

----- Prémio APOM 2015 - menção honrosa na categoria de investigação, atribuída pelo catálogo do Museu Municipal sobre a exposição “O céu, a terra e os homens”, que fomos receber à Assembleia da República; -----

----- 24H-BTT e a Festa da Juventude - dois eventos que decorreram em simultâneo; -----

----- Há pouco, não dei os esclarecimentos ao Deputado Nuno Figueiredo, mas quero destacar a sua intervenção e a forma como a fez pela positiva. Devemos ter essa preocupação de fazer as nossas intervenções no sentido das preocupações do concelho. Foram elencadas algumas situações de apoio para as famílias, mas estamos a falar de realidades e de contextos diferentes, não podemos muito comparar a realidade de Braga à realidade de Coruche e à sua dimensão populacional. Contudo, acho que devemos sempre observar essas sugestões, essas opiniões e esses conselhos; -----

----- Naquilo que tem a ver com as feiras e os eventos, estamos em negociação com o Instituto Nacional de Investigação Agrária para a instalação de um cluster de empresas em Coruche que irá fazer a relação com o Parque Empresarial; -----

----- Quanto à taxa da derrama, nós já temos uma taxa reduzida. Para empresa com volume de negócios até 150 mil euros, a incidência do imposto é 0,5% e acima dos 150 mil euros é 1%. O



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

nosso Município tem poucas receitas próprias e não podemos descapitalizar aquilo que é as nossas receitas próprias sob pena de correremos alguns riscos relativamente ao conforto que temos na nossa tesouraria. São conceitos e realidades diferentes. Os Municípios que têm mais indústria conseguem claramente ter taxas mais amigáveis. Quando tivermos o nosso Parque Empresarial, obviamente que o fruto dessa receita em termos de derrama permite que baixemos os valores.----

----- O Presidente da Assembleia passou a palavra aos Deputados Municipais.-----

----- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Em relação à ciclovía, sou um dos utilizadores, mas a sua degradação é constante. A Câmara investiu, por razões eleitoralistas, à pressa e não fiscalizou a obra. É uma evidência que não havendo uma proteção da parte da linha de água que a infraestrutura se ia desmoronar. Acho que a Câmara tem que fazer a sua recuperação ou contratar o empreiteiro se ainda está dentro da garantia para a reparar. Penso que não pode continuar assim, é uma vergonha. Se o próximo inverno for chuvoso, o desmoronamento é total. -----

----- Quanto à falta de limpeza da encosta da Quinta do Lago e consequentemente à ocorrências dos incêndios, foi-me dito que as bocas de incêndio junto às Finanças e outras próximas não as conseguiam abrir ou não tinham água. Não sei se corresponde ou não à verdade.-----

----- Relativamente ao terreno do Quartel dos Bombeiros e a problemática sobre a avaliação e o preço que vai subindo constantemente, eu acrescentaria que não valeu muito a pena a Câmara do Partido Socialista pôr-se de cócoras perante a Senhora Maria Emília de Oliveira e Sousa a propósito do Açude da Agolada. Com esta gente não vale a pena. A Câmara entregou-se. Vai acontecer o mesmo relativamente ao Monte da Barca. Espero bem que não, mas tudo se encaminha nesse sentido. A Câmara tem alguma dificuldade em lidar com esta gente. Põe sempre uma postura que não devia, de quase submissão. Tenho uma opinião, conheço o processo, mas, de facto, é um tratamento que a senhora tem inqualificável, porque se trata de um terreno onde está um equipamento público e um destes dias, se não foi já, é para defender a sua herdade e os seus bens, mas, enfim, essas coisas são o que são.-----

----- Gostaria de saber se a Búzios cumpriu com o plano de pagamentos relativamente à dívida que tinha e que foi aprovado em reunião de Câmara. Trata-se de um plano de pagamentos de uma dívida incompreensível, a Câmara até lhe deu um subsídio para pagar essa dívida. Ou será que haverá algum encontro de contas?-----

----- Recebi dois convites através do Gabinete de Apoio do Senhor Presidente da Câmara para duas iniciativas da igreja: apresentação pública do livro “Arte Sacra no Concelho de Coruche” pela Fundação Eugénio de Almeida e a Arquidiocese de Évora, na Ermida de Nossa Senhora do Castelo; inauguração da exposição “Confidentes de Maria”, na Galeria do Mercado Municipal. Acho que a Câmara pode fornecer a lista dos Deputados Municipais às entidades que nos querem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

convidar, agora ser a Câmara a convidar para uma iniciativa que não é da Câmara, não faz sentido, do meu ponto de vista. -----

----- Há pouco, o Senhor Presidente da Câmara respondeu ao Deputado Fernando Serafim que não há pessoal para a limpeza da encosta da Quinta do Lago. Percebo que as pessoas têm as suas competências e as suas funções e que há mais dificuldade em encontrar pessoas para esse tipo de trabalho. A Câmara não pode dizer que não tem pessoal para esse trabalho, mas tem pessoal para estar em Oeiras, em Badajoz, em Santarém e noutros locais. O problema que o Deputado Fernando Serafim colocou em relação à encosta da Quinta do Lago, é um problema de segurança pública. Essa não pode ser a resposta. Então a Câmara tem de contratar uma empresa para limpar e para desmatar a encosta da Quinta do Lago. -----

----- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Sobre as Hortas do Sorraia confesso que acho o projeto interessante, agora a sua localização deixa algumas dúvidas, porque não vejo as pessoas fazerem as suas culturas e depois durante a noite as mesmas serem roubadas. -----

----- Passei lá hoje e olhei para o terreno, não percebo nada de agricultura, mas pareceu-me que as condições são para plantar catos. O Senhor Presidente da Câmara tinha dito numa sessão que seria necessário transportar para o local umas carradas de terra vegetal, porque o terreno não é de cultivo. Sei que estava aberto o concurso para a atribuição das hortas, mas parece-me que esse trabalho ainda não foi feito, mas se foi feito, gostaria de perceber qual foi o custo de se ter levado essas carradas de terra vegetal. Pelos vistos, em termos de sol, também não é o sítio mais adequado para este projeto. Tenho ideia de no mandato passado o Deputado Ilídio Serrador, que é um homem que percebem bastante de agricultura, é a sua atividade profissional, numa sessão ter referido que havia um problema em relação à cor dos depósitos e à sua capacidade, porque iria aquecer muito a água. Gostaria de saber se é assim ou não. -----

----- Em relação ao Parque da Encosta, confesso que já há muito tempo que não o frequento, mas a ideia que tenho é que o mesmo só é possível ser frequentado através das Piscinas Municipais e que tem um ringue polivalente. Convém lembrar que este ringue foi construído quando se construíram ringues por todo o concelho de Coruche, não havia localidade que não tivesse um ringue de relva sintética. Qual é a intenção da Câmara para que este ringue seja utilizado? Se não é utilizado acaba por se degradar, “é dinheiro deitado ao lixo”, se não se pratica lá desporto. -----

----- Passei pela Calçadinha, há cerca de um mês, e há muitos anos que não via a Calçadinha nesta situação em termos de mato e muita vegetação, entretanto, pode já ter sido limpa, mas, faço esta comparação, só fazia lembrar a Quinta das Barrocas, tal não era a densidade do mato. Sabemos que hoje já não há tanta gente a subir e a descer a Calçadinha, talvez por isso seja um bocadinho desprezada. Não devia estar nesta situação, é um local que tem história e que faz a ligação de Santo Antonino à vila de Coruche e também há a questão de prevenção dos fogos. O Senhor



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

Presidente da Câmara disse em relação às Barrocas que até era bom as canas não serem cortadas para segurar as barreiras. Tenho algumas dúvidas nessa teoria. Acho que a Calçadinha devia sofrer uma limpeza de forma a ter condições para não haver desmoronamento de terras. Não creio que não haja operários municipais que possam fazer uma limpeza, provavelmente, esse trabalho será ainda feito antes das Festas.-----

----- O Deputado Municipal Francisco Gaspar referiu: O Senhor Presidente da Câmara fala muitas vezes na necessidade de bem gerir o Município. Observando o exercício da dívida, nos empréstimos bancários que tem o Município, verifica-se que, pelo menos dois empréstimos, têm uma taxa de juro superior a 1%. Sugeria que em termos financeiros se avaliasse o pagamento destes empréstimos e se justifica algum ganho para o Município. Havendo algum ganho, talvez se possa investir noutra ação importante para o nosso concelho. -----

----- A Deputada Municipal Ortelinda Graça referiu: Quero congratular-me com a obra da E.M.590 Santa Justa/Montargil. Finalmente, depois de alguns anos de reivindicação, está no terreno.-----

----- Queria perguntar, mais uma vez, ao Senhor Presidente da Câmara, que diligências foram efetuadas sobre a Ponte de Santa Justa. É comum, em cada sessão, eu lembrar a necessidade de construção da Ponte de Santa Justa. Se já há desenvolvimentos, além daquele que hoje ouvi aqui, da entrega do projeto à Senhora Ministra da Agricultura, durante a FICOR. -----

----- Trago também algumas preocupações do povo de Santa Justa. Em primeiro lugar quer a sua ponte construída. Ainda manifesta alguma indignação sobre o projeto “Campo Seguro”, pois, entende que, à pala da efetiva segurança daquelas estradas e daqueles caminhos, que é mais uma forma de impedir que a população por ali transite a partir das 19 horas. Entendem que, se realmente há segurança para fazer a vigilância destes caminhos, então porque não há segurança nas localidades onde as pessoas vivem. Dou o exemplo, em Santa Justa, há bem pouco tempo, todas as casas comerciais foram assaltadas. De alguma forma não concordam com o que está instalado sobre esse projeto.-----

----- Queria também colocar algumas interrogações sobre a obra levada a cabo pela Associação de Regantes, no Rio Sorraia. Há o entendimento que aquela obra debilita mais ainda a Ponte de Santa Justa. Pretendem saber qual o impacto ambiental que aquela obra produz, tanto mais que a migração das espécies piscatórias não se fez precisamente por causa daquela barreira, quer na Ponte de Santa Justa, quer na Ponte da Escusa. -----

----- Trago ainda preocupações da população dos Foros de Lagoíços, em que perguntam para quando a construção do Parque Infantil e sobretudo a intervenção na Rua Povo Unido. -----

----- Em relação às Courelinhas, para quando o abastecimento de água, que o Senhor Presidente da Câmara prometeu aquando da inauguração da Ponte das Courelinhas. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

----- Também no Couço, ao fim do dia, continua a verificar-se a falta de pressão no abastecimento de água, precisamente nas zonas mais altas. -----

----- Para finalizar quero dizer que, mais uma vez, o executivo da Junta de Freguesia do Couço vai ter a coragem de realizar a 31.ª Semana da Cultura, Arte e Desporto, que irá estar patente entre os dias 4 e 11 de julho. Estão todos convidados a estarem presentes na sua inauguração, no dia 4 de julho, pelas 18 horas, e ainda durante toda a semana nos vários eventos. Dizer que, a nível de espetáculos musicais, o artista principal é o Jorge Palma. -----

----- O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- Quanto à ciclovia, percebo a preocupação, sei que a mesma tem problemas, tem a ver com alguns abatimentos que ocorreram dada a sua proximidade em zonas de declive e mais grave ainda é que em zonas agrícolas os agricultores foram escavando e fragilizando aquela barreira. -----

----- Já solicitamos a uma empresa que fizesse uma visita à obra e que identificasse as patologias no sentido de tentarmos recuperar aquele piso e melhorar as condições de circulação, pois há muita gente a utilizar esta infraestrutura. Temos a intenção de levar aquela ciclovia até à Erra, ainda que a margem disponível não seja muito franca. Acho que era interessante ligar Coruche à Erra com este circuito pedonal. -----

----- Relativamente às bocas de incêndio, os Bombeiros fizeram um levantamento de operacionalidade das mesmas e a Câmara enviou-o para as Águas do Ribatejo. Não tenho conhecimento que tivesse havido problemas no abastecimento dos carros de Bombeiros. De qualquer maneira é uma chamada de atenção. -----

----- Quanto à dívida da Búzios vou saber se já pagaram. -----

----- Sobre os convites, é como diz o outro, é preso por ter cão e por não ter. Quem quer vai, quem não quer não vai. Pode não fazer sentido, mas o livro tinha a ver com património religioso do nosso concelho que é da maior relevância. Admito que o convite seja desadequado, mas não é ofensivo. -----

----- O Município de Coruche esteve representado em Oeiras e a única funcionária que eu vejo aqui é a que está no Posto de Turismo. -----

----- Em relação às Hortas do Sorraia, a terra que foi transportada para lá não foi terra vegetal, foi a possível para a produção agrícola retirada de Valverde, cujo transporte foi efetuado com os nossos meios e não se consegue identificar os custos que teve, mas, obviamente que teve custos, com as máquinas e os tratores. Trata-se de uma terra que terá de levar fertilizantes, aparentemente revela que é uma terra que não é muito fértil, daí que precisa de ser trabalhada. -----

----- Quanto à Calçadinha, é verdade, também recebi alguns alertas nesse sentido, não percebi que estava naquele estado. Estamos a limpar toda a vegetação envolvente, inclusive havia zonas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

nas laterais que tinha muita humidade e tornava-se perigoso a circulação das pessoas. Não foi possível antes realizar uma intervenção, estamos agora a proceder à limpeza da Calçadinha. -----

----- O ringue polivalente do Parque da Encosta e o ringue polivalente do Núcleo Escolar da Fajarda foram candidaturas ao Instituto do Desporto, os quais não têm dimensões para a prática desportiva em termos profissionais, são apenas para efeitos lúdicos e que permitem a prática ligeira de futebol de salão ou de basquetebol. O ringue polivalente é utilizado no período de funcionamento das Piscinas Municipais pelos utilizadores das Piscinas. O Parque da Encosta só está aberto fora do período de funcionamento das Piscinas Municipais, caso contrário, as pessoas entrariam pelo Parque da Encosta para ir para as Piscinas. Para outras atividades temos o ringue cá em baixo. Este é mais para a brincadeira do que para a utilização mais desportiva. -----

----- Em relação às taxas de juro, não me parece que os custos da amortização da dívida possa trazer mais encargos. O serviço da dívida é tão residual que não se beneficia fazer o pagamento. -

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia do Couço ainda vai tendo a coragem de fazer alguns eventos e manter a Semana da Cultura, Arte e Desporto, com um cartaz muito longo. -----

----- Relativamente à falta de pressão no abastecimento de água, vou ver com as Águas do Ribatejo o que se passa. Provavelmente, nos períodos de pique, que é quando as pessoas chegam a casa, o caudal não é o suficiente para o depósito recuperar e depois falta a água nas zonas mais altas. -----

----- Quanto ao Parque Infantil dos Lagoíços, Senhora Presidente, se não acontecer alguma desgraça, garanto-lhe que o mesmo será executado. O projeto já está feito, falta lançar a obra a concurso. -----

----- A Associação de Regantes tem um estudo de impacto ambiental feito por uma universidade e que está aprovado pelo Ministério do Ambiente para execução daquela obra. Não consigo dizer se resulta, se não resulta. A explicação técnica que me foi dada, eu compreendo-a e acho que resulta, mas pode causar alguns problemas em termos do caudal do rio e alguns problemas nas espécies piscícolas. Temos de perceber se aquilo funciona. -----

----- Quanto ao “Campo Seguro”, é a única referência que eu tenho sobre este projeto. Penso que foi uma iniciativa que pode não ser eficaz no sentido da redução dos roubos que eram feitos, mas é uma iniciativa de certa forma pedagógica e que me parece que dá resultado em relação a alguns roubos. Quem não precisar de circular nesses caminhos, não tem nada de ir para lá a partir das 19.00 horas. -----

----- A ideia é que as pessoas que andam nestes roubos se sintam um bocadinho afastadas destas áreas para que não seja necessário a GNR intervir, ou seja, é o contrário do que disse, ou seja, o facto destes caminhos estarem sinalizados com esta intervenção, liberta a GNR para outras áreas, porque supostamente não estão vigiados, estão condicionados em termos da passagem das



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

**ATA N.º 11**  
**SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE JUNHO DE 2015**

peessoas, é este o princípio, não sei se resulta. A ideia que tenho é que houve uma boa aceitação. Havia uma preocupação ao princípio a nível dos pescadores e dos caçadores, mas não houve limitações para ninguém. Foi uma medida que acho que resultou. Se há esse incómodo, não sei, estamos a falar na margem direita, ligação que vai de Santa Justa à Escusa. -----

----- Relativamente à Ponte de Santa Justa, tivemos uma reunião, em maio, com o gestor do Programa de Desenvolvimento Regional, a propósito da possibilidade de financiamento para áreas essencialmente agrícolas e a ver com infraestruturas de regadio. Aquilo que nos foi dito é que haveria a possibilidade de inclusão da realização da recuperação da Ponte de Santa Justa se fossem alteradas algumas regras, isto é, este programa é apenas direcionado para estas áreas de infraestruturas de regadio, mas neste momento não pode ser alterado porque foi contratualizado com a União Europeia com este objetivo e só pode ser alterado passado 6 meses da sua implementação.-----

----- Ficou esta recomendação que temos a necessidade de incluir esta obra nesse fundo e também através do dossier que entreguei à Senhora Ministra da Agricultura está essa nossa preocupação. Agora vamos pressionando como é que está o processo.-----

----- Enviamos dois ofícios para a Estradas de Portugal a solicitar a disponibilidade dos técnicos especialistas para fazerem auditorias às condições de segurança da Ponte de Santa Justa. Como não havia qualquer resposta até hoje, liguei ao Senhor Diretor de Estradas, que me disse que ia ver o que se passava em relação à Ponte de Santa Justa e também aos Montinhos dos Pegos. --- -----

----- Queria dar conhecimento que foi aprovado um novo projeto do CLDS+ para Coruche. Também protocolizámos com a Caritas o Gabinete de Inserção Profissional.-----

**----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----**

----- O Presidente da Assembleia perguntou ao público presente se alguém pretendia usar da palavra. -----

----- Da parte do público ninguém manifestou intenção em usar da palavra. -----

----- **ENCERRAMENTO:-** E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, à uma hora e quarenta e cinco minutos, do dia vinte e sete do corrente, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, Nelson Fernando Nunes Galvão, Primeiro Secretário, subscrevo: -----

O Primeiro Secretário

\_\_\_\_\_  
O Presidente da Assembleia Municipal  
\_\_\_\_\_